

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Igor Felix Pinheiro Nolasco

**ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO GOVERNO FIGUEIREDO E A AGONIA  
DO FIM DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Florianópolis/SC

2017

Igor Felix Pinheiro Nolasco

**ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO GOVERNO FIGUEIREDO E A AGONIA  
DO FIM DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador (a):** Prof. Dr. Sílvio A. F. Cario

Florianópolis/SC

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Igor Felix Pinheiro Nolasco

**ANÁLISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO GOVERNO FIGUEIREDO E A AGONIA  
DO FIM DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

A Banca Examinadora atribuiu a nota 8,5 ao aluno Igor Nolasco, na disciplina CNM7280– Monografia, pela apresentação deste trabalho.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Sílvio Antônio F. Cario  
Presidente

---

Prof. Dr. Marcelo Arend

---

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho

## RESUMO

A ditadura militar brasileira, que experimentou grande crescimento econômico combinado com um ambiente político repressivo, após 15 anos, no período 1979-1984, começou a decair. O objetivo deste trabalho é demonstrar como o governo militar deteriorou-se e perdeu seu poder e legitimidade, mais especificamente analisar as crises políticas e econômicas que assombraram o governo do último presidente militar, levando à transição para um governo civil. O governo do presidente Figueiredo, que não mais detinha o aparelho repressivo vigoroso dos governos anteriores, foi palco das maiores manifestações da sociedade civil na história do Brasil até então. Essas tomaram forma através de greves trabalhistas, comícios e movimentos pró-democracia; somados com os atentados terroristas e incerteza na sucessão política, foi um período turbulento. Dado que a demanda da sociedade civil pelo direito de eleger o presidente diretamente com a campanha das Diretas Já falhou, a oposição organizou-se e enfrentou o governo no seu próprio jogo, o colégio eleitoral. A economia, por sua vez, que outrora fora o grande gerador de legitimidade do governo militar, então declinou, o Produto Interno Bruto chegou a valores negativos pela primeira vez em mais de 15 anos, acompanhado por elevado déficit público e taxas inflacionárias enormes, maiores ainda que as apresentadas na crise anterior ao regime militar, no governo Goulart; isso tudo acompanhado de um notável aumento no desemprego. Registrou-se elevado o déficit no Balanço de Pagamentos, muito devido a crise internacional do petróleo, produto do qual o país era altamente dependente de sua importação; e também devido a elevada evolução da dívida externa. Tornou-se necessário então pedir ajuda ao FMI, fato que deteriorou ainda mais o governo militar.

**Palavras-chave:** Economia. Política. Figueiredo. Regime Militar.

## **ABSTRACT**

The Brazilian military dictatorship, which has experienced great economic growth, together with an oppressive political environment, after 15 years, from the year 1979 until 1984, it starts to decay. The main goal of this paper is to show how the military dictatorship decayed and lost its power and legitimacy, more specifically, to analyze the political and economic crisis that haunted the government of the last military president, eventually transitioning to a civilian government. President Figueiredo's administration, that no longer held the vigorous repressive tools from the previous administrations, was the stage of the biggest social manifestations of the Brazilian civil society until then. This took the form of worker's strikes, rallies, and pro-democracy movements; together with terrorist attacks and uncertainty in the political succession, it was a turbulent period. Given that the demand from the civil society to elect the president directly failed, it was up to the opposition to organize itself and beat the military government in its own game, the electoral college. The economy, which had once been the great generator of legitimacy of the military regime, now was declining, the Gross Domestic Product reached negative values for the first time in over 15 years, the country had huge inflationary rates, even bigger than the ones experienced by the crisis before the military rule, in Goulart's administration. There was also a big deficit in the Balance of Payments, much owed to the international oil crisis, given Brazil's dependency on the oil imports; and also due to the great rising of the external debt. It became necessary to ask help from the International Monetary Fund, which deteriorated even more the military rule.

**Keywords:** Economy. Politics. Figueiredo. Military Rule.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos, 1888-1984.....	36
Tabela 2: Número total de greves, número médio de trabalhadores parados, jornadas não trabalhadas e média de dias parados no Brasil (1978-1984).....	39
Tabela 3: Resultados oficiais das eleições legislativas por partido político no Brasil, 1966-1982 (em %).....	48
Tabela 4: Balanço de pagamentos do Brasil, 1979-1985 (em US\$ milhões).....	70
Tabela 5: Valor da importação e da exportação de derivados do petróleo do Brasil, 1973-1985 (em milhares de US\$).....	72
Tabela 6: Valores das Exportações, Importações e Dívida Externa do Brasil, 1973-1985 (em milhões de US\$).....	73

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Partidos criados com a nova regra partidária no Brasil, de 1980 a 1982 .....	42
Quadro 2: Síntese Analítica dos acontecimentos políticos do período 1979/1984.....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produto Interno Bruto do Brasil, 1964-1984 (em milhões de R\$).....	62
Gráfico 2: Formação bruta de capital brasileira, 1970-1984 (variação em % ao ano) .....	64
Gráfico 3: Inflação brasileira, 1960-1984 (taxa anual em %).....	65
Gráfico 4: População ocupada com carteira assinada no Brasil, 1982-1984 (em milhares de pessoas).....	67
Gráfico 5: Desigualdade de renda pelo coeficiente de GINI no Brasil, 1976-1984 (de 0 a 1).68	
Gráfico 6: Número de pessoas pobres no Brasil, 1976-1984 (em número de pessoas) .....	68
Gráfico 7: Exportações e importações brasileiras, 1964-1984 (em US\$ milhões).....	74
Gráfico 8: Dívida externa brasileira, 1964-1984 (em US\$ milhões).....	78



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PIB – Produto Interno Bruto

FMI – Fundo Monetário Internacional

UDN – União Democrática Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

SNI – Sistema Nacional de Informações

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PDS – Partido Democrático Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

AI – Ato Istitucional

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral .....	13
1.2.2 Objetivos Específicos .....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 METODOLOGIA.....	14
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	15
2. POLÍTICA E ECONOMIA DO REGIME MILITAR ANTECEDENTE AO GOVERNO FIGUEIREDO (1964-1979) .....	16
2.1 GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-1967).....	16
2.1.1 Goulart e o Golpe Militar (1963-1964) .....	16
2.1.2 O Novo Regime .....	17
2.1.3 Torturas e Matanças .....	17
2.1.4 Estabilização econômica .....	18
2.1.5 A UDN.....	20
2.1.6 Ato Institucional número 2 .....	21
2.1.7 Sucessão presidencial.....	22
2.1.8 Legado econômico de Castello Branco .....	22
2.1.9 Legado político de Castello Branco.....	23
2.2 GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969) .....	23
2.2.1 Problemas Políticos.....	23
2.2.2 Economia do governo Costa e Silva.....	25
2.2.3 Sucessão de Costa e Silva .....	26
2.3 GOVERNO MÉDICI (1969-1974) .....	26
2.3.1 Brasil Potência.....	27
2.3.2 Economia do “Milagre Brasileiro” .....	28
2.3.2.1 Formação de capital .....	28
2.3.2.2 Inflação.....	28
2.3.2.3 Política monetária e Sistema Financeiro.....	28
2.3.2.4 Política Fiscal.....	28
2.3.3 Manobras Políticas .....	29
2.4 GOVERNO GEISEL (1974-1979).....	30
2.4.1 Distensão Lenta e Gradual.....	30

2.4.2 II Plano Nacional de Desenvolvimento .....	31
2.4.3 Eleições de 1974.....	32
2.4.4 Figueiredo para presidente.....	32
3. ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1984).....	34
3.1 INTRODUÇÃO.....	34
3.2 FIGUEIREDO ASSUME A PRESIDÊNCIA .....	35
3.3 GREVES DO ABC.....	35
3.4 A ANISTIA .....	40
3.5 A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS .....	42
3.6 A NOVEMBRADEIRA.....	43
3.7 ATENTADOS .....	45
3.8 ELEIÇÕES DE 1982 .....	46
3.9 POSICIONAMENTO DO EMPRESARIADO NACIONAL.....	48
3.10 CAMPANHA DIRETAS JÁ.....	50
3.11 MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS PRÉ-ELEIÇÃO PRESIDENCIAL.....	52
3.12 VITÓRIA DE TANCREDO .....	54
3.13 CONTEXTO INTERNACIONAL.....	55
3.14 SÍNTESE ANALÍTICA.....	58
4 A ECONOMIA NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1984).....	61
4.1 INTRODUÇÃO.....	61
4.2 FORTE RECESSÃO E TENTATIVAS DE COMBATÊ-LA.....	61
4.3 A INFLAÇÃO E O DESEMPREGO .....	64
4.4 O BALANÇO DE PAGAMENTOS, EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES .....	69
4.4.1 A crise do Petróleo.....	70
4.4.2 Exportações e Importações.....	71
4.5 CRISE FISCAL.....	75
4.6 DÍVIDA EXTERNA E O FMI.....	77
4.7 SÍNTESE CONCLUSIVA .....	81
5. CONCLUSÃO .....	82
REFERÊNCIAS .....	86

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

Em 1964, os militares assumiram o poder e impuseram um plano de desenvolvimento. O País modernizou-se e apresentou um vasto crescimento econômico (que chegou a atingir 11% ao ano), combinado com um ambiente político extremamente repressivo, censuras e quebra da liberdade antes conhecida. O governo Castelo Branco (1964-1967) agiu primeiramente contra os opositores do governo militar, implantou censuras e criou o Serviço Nacional de Informações (SNI); para depois estabilizar a economia, esta que no final de seu regime já apresentava números favoráveis.

O governo Costa e Silva (1967-1969) foi palco do infame Ato Institucional número cinco, que suspendeu o congresso indefinidamente e aumentou os poderes executivos e militares sobre o governo e a população. A economia, por outro lado, apresentou altas taxas de crescimento, com uma política econômica expansiva. O governo Médici (1969-1974) deu continuidade as políticas econômicas do governo anterior e apresentou um crescimento econômico ainda maior, atingindo 11% ao ano. Foi o período denominado “milagre econômico brasileiro”.

No governo Geisel (1974-1979) apesar de ainda utilizar-se de torturas, repressão e censura, foi prometida a “distensão lenta e gradual” do regime. Geisel recebeu o país economicamente forte, porém o cenário internacional já não era tão favorável quanto antes, devido à primeira crise do petróleo (1973). Em seu governo, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento para manter o crescimento econômico do governo anterior, mas sem resultado, pois este declinou de 10% para 4,8% ao ano, combinado com um aumento nas importações e na dívida externa.

É nesse contexto que começou o período a ser estudado, o governo Figueiredo (1979-1984), que foi palco de diversos acontecimentos que levaram ao esgotamento do sistema político e do modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo governo militar.

No tocante à política, a abolição do Ato Institucional número 5 levou a sociedade civil à realização de muitos movimentos grevistas e manifestações, apresentou o maior número de greves da história do Brasil até então. A lei da anistia foi instaurada, perdoadando todos que foram condenados por crimes políticos no regime militar. Não possuindo mais do aparato repressivo de outrora, o governo militar buscou maior controle do poder com a lei de

reformulação dos partidos políticos, extinguindo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), buscou assim dividir a oposição e manter o seu partido unido.

Este período foi também marcado por atentados terroristas dos militares da extrema direita que discordavam da abertura política. Em 1982, foram realizadas as primeiras eleições diretas desde 1965, para governadores, 1/3 do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, prefeituras municipais e câmaras dos vereadores. Os resultados demonstraram grande perda de representatividade do partido do governo. A sociedade expressava o desejo de mudança e até mesmo o empresariado nacional, que sempre manteve uma tradição pró-governo, apoiou em sua maioria a redemocratização.

Neste cenário político e econômico turbulentos, registrou-se a campanha pelas Diretas Já, enorme movimento nacional, que exigia o direito de eleger o presidente da república em eleições diretas. Porém, esta emenda não foi aprovada, prolongou assim a agonia da ditadura. O colégio eleitoral ainda escolheria o presidente; coube à oposição organizar-se e ganhar do governo em seu próprio jogo. As três grandes forças políticas em 1984 eram o Partido Democrático Social (PDS) (antiga ARENA), com o candidato Paulo Maluf; o Partido da Frente Liberal (PFL) (migrantes da arena, que não aceitaram Maluf como candidato à presidência), com o candidato José Sarney; e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB (antigo MDB), com o candidato Tancredo Neves. Foi feito um acordo então entre o PMDB e o PFL: Tancredo seria o candidato à presidência e José Sarney a vice-presidente (ANDRADE, 2010).

No tocante à economia, o Ministro do Planejamento de Figueiredo Mário Simonsen apontou a necessidade de uma recessão para combater os crescentes problemas econômicos. Este argumento foi muito mal visto e, sofrendo pressões de todos os lados, Simonsen renunciou. Ficou claro que o governo militar não toleraria uma recessão, pois o crescimento econômico era sua maior fonte de legitimidade. Para substituí-lo, foi convocado novamente Delfim Neto, antigo ministro da Fazenda no período conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro” que prometeu em seu discurso de posse trazer crescimento econômico e estabilizar a economia.

Em 1980, foi aprovado pelo congresso o III Plano Nacional de Desenvolvimento, formulado pelo então ministro do planejamento, Delfim Neto. Este plano iria “orientar a política anti-inflacionária do governo”, colocando em 15-20% a meta da inflação. O plano enfatizava também o aumento da produção agrícola e das exportações. Também foram

planejados investimentos nas matrizes energéticas, a criação de alternativas para o petróleo e a distribuição da renda, que era altamente concentrada (SKIDMORE, 1988).

Porém, a realidade mostrou-se distante do planejado. A inflação atingiu patamares exorbitantes, havia um enorme déficit na balança de pagamentos, resultado da segunda crise internacional do petróleo (produto do qual o país era altamente dependente e grande importador). O Produto Interno Bruto chegou a valores negativos pela primeira vez no regime militar, a dívida externa duplicou e o desemprego cresceu. O remédio encontrado para esta grande crise do modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar foi a ida ao FMI, fato que deteriorou ainda mais a imagem do governo.

As esferas políticas e econômicas do governo Figueiredo levaram o regime militar a seu fim e, portanto, há necessidade de maior aprofundamento explicativo nos campos econômicos e políticos. Para isso, este trabalho procura responder a seguinte pergunta de pesquisa:

Quais foram os principais acontecimentos políticos e econômicos do período 1979/1984, que contribuíram para o fim do regime militar brasileiro?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Com base na literatura existente, pretende-se com este trabalho analisar a política e a economia governo Figueiredo 1979/1984 e como ambos esses fatores colaboraram para o fim do regime militar brasileiro.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever de forma sintética o comportamento político e econômico do período 1964/1978;
- Analisar os principais acontecimentos políticos do período 1979/1984;
- Analisar os principais acontecimentos econômicos do período 1979/1984.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Os militares assumiram o poder em 1964 e desde então impuseram seu modelo de desenvolvimento. Este modelo, apesar de altamente repressivo politicamente, no quesito econômico apresentou elevadas taxas de crescimento.

A continuidade do regime militar dependia deste grande crescimento da economia pois junto com esse crescimento, havia um aumento da renda, empregos, riqueza que, combinados com alta repressão e censura, diminuiu a contestação por parte da sociedade civil.

Porém, após 15 anos de crescimento das principais variáveis econômicas, no período 1979-1984, o cenário começou a alterar-se. O Produto Interno Bruto chegou a taxas negativas, a inflação estava incontrolável, a dívida pública duplicou e havia um grande déficit na balança de pagamentos. Registrou-se o maior número de movimentos grevistas da história do país, atentados terroristas e campanhas pró-democracia. Torna-se importante então a busca por mais explicações sobre o período 1979-1984, onde houve um declínio da economia e uma grande contestação política no Brasil, que desembocou no fim do regime ditatorial militar brasileiro.

### 1.4 METODOLOGIA

Para descrever de forma sintética o comportamento econômico e político do período 1964/1978 e assim atender o primeiro objetivo, no quesito econômico, utiliza-se dados como o Produto Interno Bruto, a inflação, o balanço de pagamentos, a dívida externa, a formação de capital bruto, principalmente baseados nos trabalhos de Thomas Skidmore, Nadine Habert, Marco Antônio Villa e Lago. No quesito político, serão utilizadas as análises dos autores Carlos Lindomar de Andrade, Thomas Skidmore e Georges-Andre Fiechter.

No tocante ao segundo objetivo, para analisar os principais acontecimentos políticos do período 1979/1984, empregam-se os dados sobre os movimentos grevistas que Eduardo Noronha apresenta em seu livro; os dados que Denise Paiva Ferreira, Carlos Marcos Batista e Max Stabile, possuem sobre a formação dos partidos brasileiros; bem como os trabalhos de Helio Gaspari, Thomas Skidmore, Carlos Lindomar de Andrade, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Maria D'Alva Gil Kinzo, que possuem um enfoque de qualidade no sistema político do período.

Já no tocante ao terceiro objetivo, para analisar os principais acontecimentos

econômicos do período 1979/1984, também se usufrui de dados econômicos como o Produto Interno Bruto da época, as taxas inflacionárias, a evolução da dívida externa, a formação de capital bruto, o balanço de pagamentos, as contas fiscais e o apelo ao Fundo Monetário Internacional. Para a análise dos dados sociais do período, como concentração de renda, pobreza e desemprego, utilizaram-se as fontes Ipeadata e IBGE. Para o estudo da economia, foram utilizados trabalhos de Thomas Skidmore, José Pedro Macarini, Geraldo Biasoto Jr, Jenifer Hermann, Mônica Baer, Geisa Cunha Franco e Marco Antônio Villa.

### 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos; no primeiro e no último elaboram-se a introdução e a conclusão. No segundo capítulo aborda-se a evolução política e econômica do regime militar antecedente ao governo de Figueiredo(1964-1979), no terceiro capítulo os principais acontecimentos econômicos do Governo Figueiredo (1979-1984) e, no quarto capítulo, os principais eventos políticos do Governo Figueiredo (1979-1984), que contribuíram para a ruína do regime militar.



## **2. POLÍTICA E ECONOMIA DO REGIME MILITAR ANTECEDENTE AO GOVERNO FIGUEIREDO (1964-1979)**

### **2.1 GOVERNO CASTELLO BRANCO (1964-1967)**

#### **2.1.1 Goulart e o Golpe Militar (1963-1964)**

Sob permanente desconfiança da direita e da esquerda, o governo Goulart acabaria, de maneira gradativa, se isolando politicamente. Sua ambiguidade e fraqueza políticas se evidenciaram de forma definitiva no episódio do frustrado pedido de estado de sítio (outubro de 1963) (TOLEDO, 1997).

O balanço de 1963 revelaria de forma dramática o fracasso da política econômica. A inflação aumentava e o PIB chegou ao ponto mais baixo. Durante os primeiros meses de 64 houve muitas greves, em apenas 15 dias de janeiro, ocorreram dezessete na Guanabara, e as invasões de terras eram denunciadas com enorme sensacionalismo pelos meios de comunicação. O governo era implacavelmente denunciado pelas classes dominantes, pois não reprimia esses movimentos subversivos (TOLEDO, 1997).

Desde o início de março, setores das classes médias e da burguesia – sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da Família e da moral cristã – saíam às ruas em diversas capitais do país para pedir o impeachment de Goulart. Dessas manifestações praticamente estiveram ausentes os operários e as organizações populares. Como observou um estudioso, tais manifestações públicas tinham o propósito de criar clima sociopolítico favorável à intervenção militar, bem como incitar diretamente as forças armadas ao golpe de Estado (TOLEDO, 1997).

Os militares, associados aos interesses da grande burguesia nacional e internacional, incentivados e respaldados pelo governo norte-americano, justificaram o golpe como “defesa da ordem e das instituições contra o perigo comunista”. Na realidade, o acirramento da luta de classes estava no centro do conflito. O golpe foi uma reação das classes dominantes ao crescimento dos movimentos sociais, mesmo tendo estes um caráter predominantemente nacional-reformista (HARBERT, 1992, p. 08).

A situação que se configurava em 1964 caracterizava-se pela crise cambial, pela rigidez da pauta de exportações brasileiras, além de uma crise fiscal no Estado. Mas, o que sobressaía fundamentalmente era a luta de classes: greves multiplicavam-se na cidade,

fazendas eram ocupadas o tempo todo, do Rio Grande do Sul ao Maranhão, principalmente no Nordeste; Pernambuco era foco das Ligas Camponesas. Mas, o que tornou a crise em 1964 tão grave a ponto de provocar o golpe, foi que, ao lado do impasse econômico, se vivia um impasse de caráter político e ideológico (TOLEDO, 1997).

Em 1964, havia acabado de acontecer a revolução cubana, a primeira revolução socialista na América. Tudo o que era tido como absolutamente impossível passou a se tornar possível depois de Cuba. Os jovens da época passaram a acreditar que era possível uma revolução. Isso foi transformado pela direita brasileira numa quase obsessão, pois quem lesse a imprensa, ouvisse rádio ou assistisse televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e que o fim da democracia era iminente. Foi neste contexto que as Forças Armadas deram o golpe. Numa situação de verdadeiro impasse: com uma inflação em aceleração, nem as aplicações financeiras nem os salários estavam indexados e as terras não estavam regulamentadas e se viam envolvidas em disputa cada vez maior. Nessas circunstâncias, os dois lados, a esquerda e a direita, tinham convicções “revolucionárias” (TOLEDO, 1997).

O coordenador dos militares que conspiraram para o golpe era o General Humberto de Alencar Castello Branco, conhecido como altamente correto e apolítico, boas razões para fazê-lo o coordenador. Era líder do grupo “Sorbonne”, o grupo considerado “moderado”, ainda que defendesse a necessidade de um Estado forte. Seu Gabinete tinha como maioria membros da União Democrática Nacional (UDN) e apresentava apenas um oficial militar no gabinete, com exceção do chefe do exército, que sempre até então era um militar (SKIDMORE, 1988).

### **2.1.2 O Novo Regime**

As primeiras ações do novo governo militar foram o estabelecimento da censura, a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), intervenção em sindicatos e cassação de mandatos políticos da oposição (HABERT, 1992).

No âmbito econômico, as primeiras ações foram a implementação de um arrocho salarial, permissão da livre entrada de capitais estrangeiros, inclusive a remessa de lucros e ainda a criação de instituições financeiras que favoreciam as grandes empresas, tanto nacionais como internacionais (HABERT, 1992).

### **2.1.3 Torturas e Matanças**

Milhares foram presos na “Operação Limpeza”, incluindo de organizações ou movimentos que atraíam atenção da polícia política. Os presos eram divididos em dois grupos: os que confessavam e os que precisavam de mais “interrogação”, ou seja, ser submetidos a diversas torturas. O número estimado de presos após o golpe militar, no governo Castello Branco vai de 10.000 á 50.000; destes estima-se que centenas foram submetidos a torturas (SKIDMORE, 1988).

Porém, o novo governo militar planejava confiar não em tortura mas no poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos. Existia uma lista com 5.000 nomes de inimigos cujos direitos políticos seriam suspensos. O expurgo político não era somente direcionado aos civis; 122 oficiais militares foram forçados a aposentar: aqueles que se opuseram ao golpe ou que consideravam o novo governo como ilegítimo (SKIDMORE, 1988).

#### **2.1.4 Estabilização econômica**

Após as fortes medidas tomadas contra os opositores ao governo militar, Castello Branco mirou nos males da economia brasileira que, em 1964, se encontrava em grande apuros. O governo Goulart apresentava uma dívida externa de 3 bilhões de dólares, e as companhias internacionais não mais honravam os créditos brasileiros; a inflação atingiu um nível anual de 100% e os subsídios e controles governamentais causavam uma má alocação de recursos na economia brasileira (SKIDMORE, 1988).

Os anos 1964-67 foram marcados pela implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) – e de importantes reformas estruturais ---do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho (GIAMBIAGI; VILELLA, 2005, p. 70).

O Plano colocava a inflação como o maior obstáculo para uma economia saudável. Segundo os autores, tal inflação era causada pelo excesso de demanda e quando a oferta de dinheiro crescia para atender a demanda, estimulava-se um crônico processo inflacionário. Essa confusão inibia os investimentos de longo-prazo de que o Brasil tanto necessitava (SKIMORE 1988).

Para tal desafio, os criadores do PAEG, Bulhões e Campos, propuseram uma redução

gradual do déficit do setor público, contraindo crédito privado e estabilizando as taxas salariais. Assumindo uma constante velocidade de circulação de moeda, reduzir-se-ia a inflação anual de 100% em 1964 para 10% em 1966 (SKIDMORE, 1988).

Em 1963, o déficit do governo federal era de 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Tal déficit, se não fosse reduzido, seria inevitavelmente inflacionário. Cortaram-se então, todos os gastos “não essenciais” e se aumentou a acumulação de impostos (SKIDMORE, 1988).

A equipe Campos-Bulhões também utilizou a indexação da moeda como instrumento econômico após 1964, para induzir uma mais eficiente alocação de recursos e ao mesmo tempo reduzir a inflação (SKIDMORE, 1988).

O aumento na coleta de impostos gerou um grande aumento na receita federal, partindo de 7,8% do PIB em 1963, para 11,1% em 1966. Já o déficit federal caiu de 4,2% do PIB para apenas 1,6% em 1965. O declínio do déficit foi financiado através do tesouro nacional, com o valor indexado e pago com juros de 6% ao ano (SKIDMORE, 1988).

O segundo maior método de estabilização de Campos e Bulhões foi o controle do crédito do setor privado, com objetivo de fazer os empresários pensarem em termos de recursos reais, ajudando a direcionar o crédito a empresários onde a taxa de retorno era maior. Era esperado que empresários, bancários e comerciantes se sentissem ameaçados, e sua reação seria a chave do sucesso da estabilização (SKIDMORE, 1988).

O terceiro método de combate à inflação foram políticas salariais, começando por uma grande limpa de líderes de sindicatos; ao final de 1965, 428 sindicatos sofreram intervenção pelo governo Castello Branco. Após eliminar a possível oposição sindical, o objetivo era não deixar os salários subirem mais rápido do que o declínio da taxa de inflação. Apesar de haver oposição dos líderes do sindicato, a lei passou no congresso, sendo tal política salarial estendida então até 1968 (SKIDMORE, 1988).

A luta contra a inflação era de vital importância, pois o Brasil necessitava de restabelecer a sua credibilidade internacional, e a grande dívida acumulada por Goulart deixara os credores internacionais altamente desconfiados. Desde 1945, o Brasil passou por diversos programas de estabilização fracassados. Cabia ao governo Castello buscar provar que este seria um sucesso e que o Brasil estava novamente comprometido com a economia do “mundo livre” (SKIDMORE, 1988).

Esse conjunto de medidas resultou em significativa elevação da carga tributária do

país, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967. Do ponto de vista distributivo, a reforma tributária do governo Castello Branco foi regressiva, beneficiando as classes de renda mais alta (os poupadores) com incentivos e isenções sobre o imposto de renda (GIAMBIAGI; VILELLA, 2005, p. 75).

Porém, as reformas estruturais não conseguiam medicar rapidamente os problemas econômicos do país. Em 1965, o Fundo Monetário Internacional (FMI) concedeu ao Brasil um empréstimo no valor de 126 milhões de dólares, demonstrando então seu apoio às políticas do novo governo brasileiro e ao mesmo tempo dando a luz verde para investidores e credores considerarem o Brasil (VILLA, 2014).

Tanto as medidas econômicas contra a inflação quanto as “limpezas” políticas, demoraram mais do que o imaginado, e só os 18 meses restantes do governo Goulart não eram suficientes para preparar a base da ditadura militar. Castello precisava de mais tempo e em julho de 1964 foi aprovada uma emenda constitucional aumentando seu termo em 14 meses, adiando a próxima eleição para novembro de 1966 (SKIDMORE, 1988).

“Difícilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistências pela sociedade em um regime democrático” (GIAMBIAGI; VILELLA, 2005, p. 75).

### 2.1.5 A UDN

Apesar de Castello tentar evitar um favoritismo político, dentre os dois partidos da época, a UDN e o PSD, era claro que se alinhava com a UDN, colocando-o no centro de seus interesses. Nesta linha de pensamento, adicionou uma provisão à emenda constitucional de Julho de 1964, adiando a eleição presidencial, requerendo agora uma absoluta maioria do voto popular para eleger o presidente, medida que a UDN por muito tempo desejava (SKIDMORE, 1988).

Com a esperança de aumentar as chances eleitorais da UDN, o governo de Castelo Branco reforçou seu controle sobre o sistema eleitoral. Primeiro, o Congresso aprovou uma emenda constitucional, supostamente para reduzir a "corrupção eleitoral", o que exigiu que os candidatos pudessem provar quatro anos de votação no estado em que concorriam. A segunda medida foi uma "lei de inadmissibilidade" aprovada pelo congresso sob grande pressão do governo em julho de 1965, que impediu a candidatura de qualquer um que tivesse servido como ministro no governo Goulart após Janeiro 1963. Esta medida,

como a anterior, foi dirigida a políticos da oposição, pois o Planalto pensou que seria difícil de vencer nas próximas eleições (SKIDMORE, 1988, p 42).

Apesar de candidatos pró-governo ganharem em outros 9 Estados, a UDN perdeu em estados chave como Minas Gerais e Guanabara, deixando oficiais do exército furiosos. Grupos de militares mais radicais queriam tomar o poder e instalar uma verdadeira ditadura (SKIDMORE, 1988).

Então, um grupo de militares mais radicais foi organizado, com o objetivo de derrubar o presidente. Este grupo era liderado pelo General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, chefe de gabinete do primeiro exército do Rio de Janeiro (FIECHTER, 1975).

Sobre pressão dos militares de linha dura e para fazer um compromisso entre os militares de linha dura e moderados, Castello Branco emitiu o Segundo Ato Institucional, dando poderes ao governo para abolir os partidos políticos existentes e tornar indiretas todas as eleições futuras, para presidente e vice-presidente. Seu principal propósito era dificultar qualquer partido de oposição de eleger seus candidatos (SKIDMORE, 1988).

Paradoxalmente, embora Castello Branco tenha perdido uma batalha, ele estava mais do que nunca preparado para continuar a luta. Liberado dos obstáculos do sistema parlamentar que ele tentou manter ao longe, continuou com sua tarefa até o final de seu mandato com mais vigor e sucesso na reforma das instituições do que durante os dezoito meses tinham-se passado. Para os brasileiros, o severo chamado de ordem agora deu lugar a uma consolidação autoritária (FIECHTER, 1975, p. 82).

### **2.1.6 Ato Institucional número 2**

No dia 25 de outubro de 1965, Castello consolidava o regime militar, através do Ato Institucional número 2, que ampliava o número de ministros do STF, extinguiu partidos políticos e impunha eleição direta para presidente e vice pelo Congresso Nacional (VILLA, 2014).

Castello usou então seus poderes contra os militares radicais de extrema direita, dissolvendo o grupo conhecido como Liga Democrática Radical, mostrando que apesar de emitir o AI2, não estava abraçando os extremistas de direita (SKIDMORE, 1988).

Tendo sua autoridade consolidada, Castello continuou sua antiga linha de ação e, com o Ato suplementar número 4, estabelecia as regras para as formulações dos novos partidos políticos, para substituir os dissolvidos. Uma destas regras era a necessidade de haver um número mínimo de 120 deputados e 20 senadores para um partido poder ser aprovado e, como

o Parlamento continha 409 deputados e 66 senadores, seria possível um máximo de 3 partidos políticos (FIECHTER, 1975).

Porém, 250 deputados e 40 senadores já haviam indicado seu interesse em entrar no partido do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), deixando assim possível para os opositores, unidos, a criação de somente um partido. Criou-se então o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) (FIECHTER, 1975).

Em decorrência de 3 atos institucionais e de outras medidas, o governo Castello Branco gerou um grande sentimento anti-governo na população, expressos em ataques terroristas, com protestos inclusive até da igreja (SKIDMORE, 1988).

### **2.1.7 Sucessão presidencial**

A grande influencia dos militares de linha dura contribuiu para os problemas políticos de Castello Branco, tendo em 1966 que preparar a sucessão presidencial. O maior candidato era o General Arthur Costa e Silva, ministro da guerra desde 1964 e porta-voz dos militares de linha dura. Castello não o apoiava, tanto porque ele não continuaria suas políticas, quanto porque abominava suas campanhas políticas durante seu mandato como ministro da Guerra (SKIDMORE, 1988).

Castello falhou em apresentar um candidato forte para sua sucessão, e a ARENA então escolheu Costa e Silva como seu candidato. Mal era necessária uma campanha, visto que o MDB almejava boicotar a eleição de Costa e Silva, protestando contra a manipulação eleitoral do governo. Em Outubro de 1966, o General Costa e Silva é eleito o novo presidente, pelo congresso, por 295 votos á 41 (SKIDMORE, 1988).

### **2.1.8 Legado econômico de Castello Branco**

A inflação foi reduzida de uma taxa anual de 100% em 1964 para 38% em 1966, e para 25% em 1967. A dívida externa foi altamente diminuída, com ajuda dos Estados Unidos da América. Porém, as medidas anti-inflacionárias, ao provocar uma grande recessão da indústria, com a combinação de uma política monetária apertada, redução do protecionismo e controle do crédito, levaram muitas empresas brasileiras à falência ou quase isso (SKIDMORE, 1988).

O período de 1964 a 1966 aumentou fortemente a capacidade ociosa da economia

brasileira, devido às restrições de crédito, ao enxugamento da liquidez da moeda, ao choque da demanda e ao aumento do desemprego (LAGO, 1990).

### **2.1.9 Legado político de Castello Branco**

O executivo agora tinha amplos poderes, já o legislativo e judiciário estavam fracos. Partidos e eleições estavam sob controle, através da ARENA, e os militares unidos. Castello acreditava que, após seus 3 anos na presidência, derrotara e exterminara os subversivos e populistas, a economia estava estável, o sistema financeiro organizado e a dívida externa renegociada. O Brasil agora poderia voltar à democracia, com uma constituição na qual o executivo estava inflamado, ao custo do poder legislativo e judiciário (ANDRADE, 2010).

## **2.2 GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)**

Costa e Silva assumiu a presidência no dia 15 de março de 1967. Seu gabinete não continha nenhum membro do gabinete antigo, e muitos dos postos eram exercidos por militares, no espectro econômico se buscava uma abordagem mais próxima da vida dos brasileiros, uma abordagem mais pragmática e menos teórica (FIESCHER, 1975).

Protestando contra manipulação de votos, Carlos Lacerda organizou o movimento Frente Ampla, buscando um retorno à democracia no país, maior nacionalismo e independência externa. Foi ignorado por Costa e Silva (SKIDMORE, 1988).

Sua escolha para ministro da Fazenda foi o professor Delfim Neto, cujas metas econômicas eram: fortalecer o setor privado, estabilizar os preços, aumentar gastos do governo em infraestrutura, criar novos empregos e oportunidades e consolidar o mercado nacional e internacional. Comparadas com o governo anterior, tais metas foram postas em ordem inversa, dado que a luta contra a inflação do governo anterior enfraquecera a indústria e o setor privado brasileiro. Buscava-se então reverter esta situação (FIESCHER, 1975).

Costa e Silva começou seu mandato com a promessa de “humanizar” a revolução militar, garantindo que o governo ouviria as demandas da população. Porém, as leis, decretos e atos de Castello Branco reduziram a participação da população através de seus representantes eleitos no governo (SKIDMORE, 1988).

### **2.2.1 Problemas Políticos**



A Frente Ampla, grupo político contra o regime militar, composto por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, possuía uma abordagem nacionalista e condenava o governo e seus acordos econômicos, considerando que estes eram um ataque à soberania brasileira. Lacerda reuniu-se com dois embaixadores norte-americanos, e rumores foram espalhados de que os Estados Unidos não apoiariam mais Costa e Silva, o que deixou os militares de linha dura furiosos (SKIDMORE, 1988).

Além da Frente Ampla, os militares agora contavam com uma grande oposição dos estudantes, em sua maioria esquerdistas, desembocando em uma série de protestos. Após a morte de um estudante nestes protestos, criou-se um espírito anti-governo, muitas marchas e greves aconteceram, e o governo respondeu com mais ataques (SKIDMORE, 1988).

A Frente Ampla porém, foi tornada ilegal pelo Ministro da Justiça após Lacerda falar abertamente em suas palestras contra os militares. A oposição agora encontrava-se mais dividida do que nunca e totalmente incapaz de agir ou exercer qualquer tipo de poder (SKIDMORE, 1988).

Após 12 meses de governo, nas eleições municipais, Costa e Silva encontrava-se em um dilema. Se procurasse ganhar o apoio dos parlamentares, oferecendo um sucessor civil que desejavam, sofreria um golpe por parte dos militares. Porém, caso tentasse satisfazer os militares mais radicais, teria que abolir a “humanização” e estabelecer de fato uma ditadura (FIESCHER, 1975).

Procurou, então, um terreno no meio, durante 9 meses, fazendo concessões a civis quando a segurança nacional não estava ameaçada. Porém, desta forma, era necessária uma maior confiança nos técnicos da economia, buscando um milagre econômico para conquistar a aprovação do povo. Para isso, era necessário planejar junto aos proprietários de empresas, que apesar de se sentirem ameaçados pelo governo, apoiavam e respeitavam o governo militar (FIESCHER, 1975).

Entretanto, a resistência ao governo continuava. Em 1968 houve diversas greves e protestos de trabalhadores, estudantes e até mesmo da igreja. A direita, através de movimentos como o Movimento Anti-comunista contra-atacava, invadindo teatros cujas peças consideravam subversivas, e atacando até mesmo a platéia (SKIDMORE, 1988).

O maior incidente foi, porém, quando o deputado Márcio Moreira Alves discursou denunciando o abuso de poder da polícia e contra a tortura dos presos. Os militares por sua vez, demandaram pela remoção da imunidade parlamentar de Alves, para que pudesse ser

processado por insultar as forças armadas. A câmara porém, para a surpresa de muitos, votou contra o governo, e até o hino brasileiro foi cantado, de forma que a adrenalina de se posicionar contra os militares tornou-se contagiosa (SKIDMORE, 1988).

Costa e Silva agiu rapidamente, com o Ato Institucional número cinco (Ato Institucional AI-5) e o ato suplementar número 38, suspendendo o congresso indefinidamente e aumentando os poderes executivos e militares sobre o governo e a população. Houve uma “limpeza” no congresso: 88 deputados foram cassados. Os protagonistas da crise, Marcio Alves e Carlos Lacerda, tiveram seus direitos políticos suspensos, juntamente com outras 500 pessoas. Muitas das legislaturas de Estados foram suspensas, e todas as polícias e militares estaduais colocadas sob o comando do ministro da guerra, o governo tendo seu poder cada vez mais inflado (SKIDMORE, 1988).

### **2.2.2 Economia do governo Costa e Silva**

Com o objetivo de intensificar a luta contra a inflação, que ainda era um problema existente, o Ministro das Finanças reduziu drasticamente os orçamentos do Estado, com exceção do Ministério da Educação que, além de não sofrer reduções, ganhou em adição aos créditos normais, uma quantia adicional de 107 milhões de cruzeiros, ou 25 milhões de dólares. Também se alocou 64MU\$D para reformar a educação infantil e o ensino médio (FIESCHER, 1975).

Enquanto o Brasil se aprofundava cada vez mais no autoritarismo, a economia respondia bem à estratégia do governo. Em 1968, houve um crescimento de 11% do PIB e as exportações cresceram à taxa de 14%. A filosofia do governo era de uma natureza mais pragmática que a anterior, com uma maior ênfase na solução imediata dos problemas, adotando também uma taxa de câmbio flexível de troca (SKIDMORE, 1988).

Após 1966, adotando uma política econômica expansionista, o Brasil experimentou crescimentos econômicos fantásticos, através da utilização da capacidade ociosa criada de 1964 a 1966 para expandir. 231 empresas estatais foram criadas entre 1967 e 1973, e o Estado aumenta muito sua participação (LAGO, 1990).

A taxa de investimento, que ficou estagnada em torno de 15% do PIB no período de 1964-67, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período do “milagre” em pouco mais de 20%. O crescimento do período de 1968-73 retomou e complementou o

processo de difusão da produção e do consumo de bens duráveis iniciado com o Plano de Metas (GIAMBIAGI; VILELLA, 2005, p. 82).

Em 1968, foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), objetivando a estabilização gradual dos preços, a ampliação do mercado interno, bem como consolidar a infra-estrutura governamental e fortalecer a empresa privada. Não havia uma meta explícita contra a inflação no PED, portanto havia mais espaço para focar no crescimento da economia (HERMANN, 2005).

### **2.2.3 Sucessão de Costa e Silva**

No dia 28 de agosto de 1969, Costa e Silva passou mal da saúde, sofrendo um ataque que deixou seu rosto paralisado, incapaz de falar. Desconfiando do vice-presidente, Pedro Aleixo, os ministros militares buscaram escolher um novo presidente rapidamente. Albuquerque Lima e Emílio Médici eram os candidatos mais fortes, porém Lima acabou sendo excluído, devido às suas ideias nacionalistas e populistas, que contrariavam a do presidente Costa e Silva (SKIDMORE, 1988).

O alto comando das Forças Armadas, reabriu o Congresso para a escolha do presidente e vice-presidente, para tirar a imagem de uma “ditadura”. A eleição de Médici veio como orquestrada e ele tomou o poder no dia 30 de outubro de 1969, ocorrendo também no mesmo mês uma alteração na constituição, sendo também emitidos os Atos Institucionais 16 e 17, que aumentaram os poderes do presidente (SKIDMORE, 1988).

## **2.3 GOVERNO MÉDICI (1969-1974)**

Garrastazu Médici manteve a mesma orientação da política econômica de Costa e Silva; já no campo político, houve uma grande radicalização do regime, com diversas prisões, censuras, torturas e deportações. Esse clima foi favorável à política anti-inflacionária do governo, que controlava os preços e continha os salários reais (HERMANN, 2005).

Médici, o novo presidente do Brasil, manteve Delfim Neto como ministro da Fazenda e para ministro do exército foi nomeado Orlando Geisel, irmão do futuro presidente Ernesto Geisel; como General de Brigada foi indicado João Baptista de Oliveira Figueiredo, o qual sucederia Geisel no governo futuramente (ANDRADE, 2013).

Seu Governo foi caracterizado por uma descentralização administrativa, onde o ministro da fazenda, Delfim Netto, tinha grande autonomia para conduzir a política econômica; o ministro da Casa Civil, João Leito de Abreu, fazia a coordenação política; e o general Orlando Geisel coordenava as ações no campo da segurança (ANDRADE, 2014, p. 111).

A delegação de poder a Médici permitia-lhe manter distância da necessidade de tomar decisões que o dia-a-dia impunha. Era um estilo bem adequado a um regime repressivo, em que o presidente jamais tinha que responder a qualquer pergunta da imprensa, esta devidamente controlada (SKIDMORE, 1988, p. 217).

O governo Médici apresenta um menor número de protestos. Registravam-se marchas estudantis e greves, devido ao grande crescimento econômico de 10% ao ano, forte repressão e censura, tudo isso ainda estimulado pela vitória do Brasil na copa do mundo de futebol de 1970 (ANDRADE, 2013).

### **2.3.1 Brasil Potência**

O novo governo transmitiu a mensagem de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência mundial, graças aos seus 10 por cento anuais de crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os negativistas e os terroristas. Muitos brasileiros concluíram que o aumento do poder nacional conjugado com rápido crescimento da economia era resultado do autoritarismo vigente (SKIDMORE, 1988, p. 221).

O gigantesco sucesso econômico do país proporcionou aumento dos salários da elite brasileira, e até as universidades Federais, ainda que sobre rigoroso controle do governo, receberam grandes verbas. Porém, tal sucesso econômico jamais foi percebido por milhões de brasileiros, sem quaisquer melhorias em sua qualidade de vida e incapazes de se manifestar e lutar por uma melhor distribuição da riqueza; a repressão era violenta (SKIDMORE, 1988). “No país dos recordes estatísticos, outros números desnudavam a face real do “milagre” para a imensa massa de trabalhadores da cidade e do campo. Mais da metade dos assalariados recebiam menos de um salário mínimo” (HABERT, 1992, p. 12).

O setor automobilístico expandiu rapidamente, a uma taxa de 34,5% ao ano. Apesar do crescimento econômico, tal investimento em carros caminhões e ônibus representava uma escolha de um tipo transporte menos eficiente quanto ao uso de combustível e nesta época o Brasil importava 80% de seu petróleo (SKIDMORE, 1988).

A forte expansão econômica em 1968-73 no Brasil refletiu também na forte entrada

de capital no país: os investimentos externos diretos (aqueles aplicados diretamente à produção de bens e serviços) e os empréstimos em moeda cresceram continuamente no período. Esses recursos foram os grandes responsáveis pelo “milagre” brasileiro em relação ao Balanço de Pagamentos (BP), já que a tendência à deterioração das contas externas, sugerida nos modelos teóricos, foi confirmada para a conta de transações correntes (HERMANN, 2005, p. 87).

## **2.3.2 Economia do “Milagre Brasileiro”**

### **2.3.2.1 Formação de capital**

O processo de formação de capitais no período 1967-1973 foi coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, por via de um aumento do investimento do setor privado (LAGO, 1990).

### **2.3.2.2 Inflação**

A nova administração admitia o convívio com a inflação, que se encontrava na faixa de 20 a 30%, contanto que o ritmo de crescimento dos preços viesse a mostrar, gradualmente, uma tendência a queda. Todos os reajustes de preços por parte das empresas foram subordinados à previa análise e avaliação do Conselho Interministerial de Preços (CIP) (LAGO, 1990).

### **2.3.2.3 Política Monetária e Sistema Financeiro**

As taxas de oferta da moeda indicavam desaceleração entre 1968 e 1970, e uma aceleração a partir de 1971, o que se acentuou em 1973. Havia uma noção generalizada de que o sistema bancário era bastante ineficiente. Registrou-se um aumento nos custos bancários acima dos custos em outros setores da economia. Então era necessário concentrar os bancos e impedir a proliferação desordenada de agências. O governo buscou assegurar uma oferta de crédito adequada ao setor privado. O Banco do Brasil e os demais bancos comerciais cresceram 23% de valor em termos reais, sendo criadas diversas formas de captação de recurso e outras instituições (LAGO, 1990).

### **2.3.2.4 Política Fiscal**

O grande crescimento da economia aumentou fortemente a receita tributária e ao mesmo tempo, o governo conseguiu diminuir gastos, assim conseguindo acumular uma poupança em conta corrente suficientemente forte para financiar seus investimentos (LAGO, 1990).

O governo Médici priorizou a agricultura, concedendo vários incentivos ao setor, que respondeu com um crescimento de 150% em 1970. Ele também investiu na área siderúrgica, com o Plano Siderúrgico Nacional, que estipulou uma quadruplicação da produção em 10 anos. Como incentivo aos agricultores, Médici criou uma aposentadoria rural, beneficiando, segundo se propalava, cerca de 5 milhões de camponeses (MACARINI, 2005).

O Nordeste apresentava um grande problema econômico, pois 30 milhões de nordestinos viviam em miséria. Os governos Castello Branco e Costa e Silva muito pouco fizeram para alterar esta situação. Porém, em 1970, quando ocorreu uma grande seca no nordeste, Médici aumentou os recursos federais para esta emergência. Mas precisaria de soluções permanentes. E, com este pensamento, planejou a criação de uma estrada transamazônica, que levaria o excesso de população do Nordeste para as terras férteis e baratas da Amazônia (SKIDMORE, 1988).

### **2.3.3 Manobras Políticas**

Médici reformulou a ARENA, escolhendo o presidente do partido e impondo as regras e normas para os políticos desse partido em cada Estado. Assim, impedia que outro episódio como o de 1968 com Marcio Alves se repetisse, onde o governo não conseguira os votos necessários que pretendia (SKIDMORE, 1988).

Em 1970, nas eleições indiretas para governadores e vice-governadores, a ARENA elegeu 21 governadores e seu concorrente, o MDB, apenas um. Já nas eleições para prefeitos, deputados, senadores e vereadores, a ARENA elegeu 220 deputados federais, enquanto o MDB apenas 90. No senado, 39 foram eleitos pela ARENA, contra 7 apenas do MDB. A ARENA novamente possuía a grande maioria dos eleitos, o governo militar mais uma vez tinha seu poder reafirmado e a farsa das eleições poderia uma vez mais continuar (ANDRADE, 2013).

Em 1972 foram aprovadas duas emendas constitucionais, números 2 e 3. Estas instituíam eleições indiretas para governadores e vice-governadores em 1974 e ambas

alteravam as sessões ordinárias do Congresso Nacional (ANDRADE, 2013).

1974 também era o ano da escolha de seu sucessor; Médici e os militares de linha dura estavam perdendo o controle do governo, pois o candidato mais forte era o Castelista, Ernesto Geisel (presidente da Petrobrás, ex chefe da Casa Militar de Castello Branco e ex-ministro do Superior Tribunal Militar) (SKIDMORE, 1988).

Geisel, com forte apoio do governo, foi eleito então no colégio eleitoral, por 400 votos a favor e 76 contra (SKIDMORE, 1988).

## 2.4 GOVERNO GEISEL (1974-1979)

“Geisel era conhecido por sua personalidade relativamente fechada. Seu estilo autocrático e de administrador tinha pouco do encanto e da cordialidade tão característicos do homem público brasileiro” (SKIDMORE, 1988, p. 317).

“No campo político, o novo Presidente tinha como seu grande objetivo a liberalização política do Brasil, através da chamada “distensão política”, que seria “lenta, gradual e segura” (ANDRADE, 2010, p. 137).

Para tal, era necessário vencer a “Linha dura”, que sempre defendia o fechamento do regime (ANDRADE, 2010).

### 2.4.1 Distensão Lenta e Gradual

O governo Geisel encontrava-se equilibrado, de um lado anunciando que não pretendia abrir mão dos poderes do ato Inconstitucional número 5, continuando a realizar prisões e torturas. Mas por outro lado, removeu a censura para ao jornal *O Estado de São Paulo*. Permitia assim uma maior liberdade de imprensa do que aquela vista nos governos anteriores, tornando possível uma opinião pública melhor informada e mobilizada. A representação do MDB, o partido de oposição, aumentava (SKIDMORE, 1988).

Apesar de receber um país economicamente forte e sem oposições, as condições internacionais não estavam boas como anteriormente. A OPEP (Organização dos países exportadores de petróleo), aumentou o preço do petróleo a níveis absurdos, quadruplicando o seu preço de um dia para o outro. O Brasil nesta época importava 80% de seu petróleo; então o país sofreu graves consequências deste episódio. Era necessária a independência de recursos energéticos, e Geisel, em sua política externa, buscou alcançar novos parceiros e diversificar a

importação (ANDRADE, 2010).

O “milagre” dependia da capacidade do país de importar bens de capital e petróleo. Portanto, frente ao altíssimo preço da importação do petróleo na época, colocava-se o Brasil em uma situação de dependência externa a partir de 1974. Os elevados preços do petróleo atingiram a capacidade de importação e, em consequência, o crescimento econômico do país retrocedeu (HERMANN, 2005).

Geisel, em seu governo, tinha os seguintes objetivos: manter apoio dos militares e, ao mesmo tempo, reduzir o poder da linha dura; controlar o restante dos subversivos, mesmo os poucos que foram os que resistiram à repressão de Costa e Silva e Médici; objetivava um retorno lento e gradual à democracia; e por último preocupava-se em manter as altas taxas de crescimento presentes nos governos anteriores, bem como conseguir executar uma melhor distribuição da grande renda gerada no “milagre econômico” (SKIDMORE, 1988).

#### **2.4.2 II Plano Nacional de Desenvolvimento**

Para alcançar as metas no âmbito da economia, ocorreu o lançamento do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). O II PND veio à luz em 1975, já no início do ano, em um quadro de contração da liquidez, muito maior do que o previsto no orçamento monetário. O Banco Central então acionou o mecanismo do “refinanciamento compensatório”, emprestando fundos a bancos comerciais, com juros baixos. Desta maneira, evitava-se a que a expansão do crédito privado fosse obstada pela queda observada até então nos depósitos à vista (MACARINI, 2008).

O II PND foi considerado o norte da política econômica da primeira metade do governo Geisel. Este, criado no ambiente de grande crescimento econômico do país, assumiu compromisso de manter tal crescimento ao longo da década, apostando em um aumento do PIB em 10% ao ano até 1979, um fato inédito, pois jamais a política econômica assumira tantas responsabilidades (MACARINI, 2008).

O II PND representou uma inflexão substantiva na política econômica da ditadura, com suas grandes metas de investimento distribuídas pelos setores industriais e de infraestrutura, lembrando do Plano de Metas da década de 50 no governo JK (MACARINI, 2008).

Com as metas de investimento do II PND, a indústria de transformação teria um nítido ganho de participação no produto e teria uma estrutura mais diversificada com adensamento



dos segmentos fundamentais para a reprodução ampliada do capital e uma correspondente diminuição da dependência de importações (MACARINI, 2008).

A dinâmica do crescimento acelerado teria então as inter-relações de demanda e oferta originadas nos grandes blocos de investimentos, planejados para as indústrias de bens intermediários e bens de capital, energia e transporte. Com isto, o emprego cresceria, lado a lado com uma política salarial modificada, assegurando o crescimento do consumo de massa (MACARINI, 2008).

Porém, apesar de todos os esforços do II PND, na segunda metade dos anos 70, o “milagre econômico” esgotava-se, as taxas de crescimento passavam de 9,8% para 4,8% em 1978, a dívida externa, que já era alta, passava de 12,5 bilhões de dólares em 1974 para 43 bilhões em 1978. As importações só aumentavam, contudo a capacidade de arcar com seu preço diminuía. As taxas de juros internas cresciam e o monstro da inflação, que até então estava domado, atingia 110% em 1980 (HABERT, 1992).

Em suma, os objetivos (e as expectativas) de mudança estrutural que motivaram o II PND foram, em geral, alcançados. No entanto, os custos macroeconômicos desse êxito não foram desprezíveis. Sem dúvida, parte das dificuldades que marcaram a economia brasileira na década de 1980 pode ser atribuída à ousadia do II PND (HERMAN, 2005, p. 107).

### **2.4.3 Eleições de 1974**

Em 1974, houve as eleições indiretas para governadores e vice-governadores dos Estados. A ARENA, apesar de vencer em todos os Estados, perdeu representação e não mais possuía os dois terços na Câmara dos Deputados, que lhe permitia emendar a Constituição sem precisar dos votos do partido de oposição, o MDB (ANDRADE, 2010).

Como resposta à perda de representatividade das eleições de 1974, Geisel decretou a “lei Falcão”, que proibia campanhas políticas no rádio ou televisão, só podendo aparecer imagens, sem som do candidato. Essa lei gerou muitos protestos e, com isso, a desaprovação civil do governo militar cresceu significativamente (SKIDMORE, 1988).

### **2.4.4 Figueiredo para presidente**

O ano de 1978 se aproximava, e o governo temia uma derrota nas eleições, que supostamente deveriam ser diretas, para governador e vice-governador. Geisel preferiu não arriscar e, através de uma emenda constitucional presente no AI-5, fechou o Congresso novamente. A liberalização, prometida por Geisel, parecia então distante de ocorrer. Muitos foram os protestos contra o fechamento do Congresso, sendo o principal deles o dos estudantes, em diversas universidades federais (SKIDMORE, 1988).

Entretanto, em 1978, o famoso AI-5 foi revogado e o Congresso Nacional substituiu a antiga Lei de Segurança Nacional por uma versão menos repressora. Ainda no mesmo ano, foram revogados decretos que baniam mais de 100 exilados políticos brasileiros, sendo restaurada a autonomia do poder Legislativo e Judiciário, que foram restaurados (ANDRADE, 2010).

“Geisel, ao assumir a presidência da república, já tinha seu candidato à sua sucessão. Era o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, a quem nomeara Chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI, no início de seu mandato” (ANDRADE, 2010, p.158).

No final de 1978 foi eleito João Figueiredo para a presidência da república, recebendo o país em um nível de distensão política alto, em um momento em que o país, no governo anterior, experimentava um crescimento econômico em média de 7% ao ano, enquanto a inflação atingia em média 38% ao ano (ANDRADE, 2010).

De que forma a sociedade expressou seu descontentamento, após 15 anos de um regime militar repressivo e censurador? Como ocorreu a transição do governo ditatorial militar para um governo civil? Trazendo de volta a pergunta desta monografia: Como e porque, transitamos de um governo militar de grande crescimento econômico (1964/1979), para um governo militar (1979/1984) com grande declínio em sua economia e, finalmente, para um governo civil? Quais as razões deste declínio e quais foram os principais fatos políticos e econômicos que levaram a isso? A essas questões buscarei responder.

### **3. ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1984)**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

Os militares, após 15 anos de um governo bem sucedido em termos de crescimento econômico porém altamente repressivo, começaram a entrar em crise já no início do governo Figueiredo. A crise possuía duas faces, a econômica e a política, ambas corroboraram para a deterioração do governo militar.

Para explicar a queda dos militares no poder, é de vital importância estudar a movimentação política da época. A crise econômica foi afetada pela crise política e como considerado neste capítulo, este período foi um dos mais marcados por importantes acontecimentos políticos, representados pelos movimentos comandados pela sociedade civil e pelo empresariado que, de pouco em pouco, fortaleceram-se e uniram-se em oposição ao governo militar.

Neste capítulo explicam-se os acontecimentos e movimentos políticos do governo Figueiredo (1979-1984), e encontra-se dividido em 13 subitens, sendo que neste, 3.1 faz-se a introdução; em 3.2 abrange a posse de Figueiredo e sua organização dos ministérios; em 3.3 apresenta-se os grandes movimentos grevistas, que surgem após 15 anos de silêncio; em 3.4 explica-se a lenta e gradual distensão política que estava em curso, e pode ser vista na lei da anistia; em 3.5 apresenta-se uma das medidas tomadas pelo governo para manter-se no poder, extinguindo os atuais partidos políticos; em 3.6 analisa-se a Novembrada, movimento estudantil que levou o presidente à fúria; em 3.7 mostra-se a resposta violenta por parte da extrema direita, através de atentados terroristas, protestando contra a distensão política; em 3.8 é visto que esta oposição ganha representatividade nas eleições de 1982; em 3.9 apresenta-se o posicionamento do empresariado nacional; em 3.10 discute-se o grande movimento da sociedade civil, que buscava eleições diretas e ansiava por um governo civil; em 3.11 apresenta-se as movimentações políticas pré-eleição presidencial; em 3.12 apresenta-se o resultado dessas eleições e em 3.13 faz-se uma síntese analítica dos acontecimentos do período.

### 3.2 FIGUEIREDO ASSUME A PRESIDÊNCIA

O general-de-exército, João Baptista de Oliveira Figueiredo, tomou posse no dia 15 de março de 1979, como Presidente da República. Prometeu, neste mesmo dia, “fazer deste país uma democracia” e “garantir a cada trabalhador a remuneração justa”. Daria continuidade então à “distensão política” do governo anterior que, em 1978, liberalizava o regime, permitindo a volta de brasileiros exilados e extinguindo os atos institucionais (ANDRADE, 2010).

Esta mudança política objetivava atingir a “normalização institucional”, ou seja, liberar o regime não para acabar com a ordem autoritária, mas sim para institucionalizá-la. Este projeto envolvia a construção gradual de um sistema de democracia participativa, mas com um poder executivo forte; fortalecer o governo com uma presença marcante dos militares caso fosse necessária uma intervenção; e consolidar uma elite civil simpatizante com os ideais da chamada pelos militares de revolução de 1964, que seria autoritária, mas institucionalizado (SALLUM JUNIOR, 1994).

Para Skidmore (1988, p. 410):

O novo ministério demonstrava mais continuidade do que mudança. O principal ministro era Mário Henrique Simonsen, anteriormente ministro da Fazenda e agora ministro do planejamento em um novo “superministério” de política econômica. Delfim Neto deixara seu posto de embaixador em Paris para ocupar o Ministério da Agricultura.

A escolha pelo retorno de Delfim Neto é facilmente explicável. Durante o milagre econômico brasileiro (1967-1973), quem comandava a economia brasileira era o próprio Delfim. Este, que deixou o poder em 1973 com um grande crescimento econômico e baixa inflação, retornou 5 anos depois para um país com baixo crescimento econômico e alta inflação. Seu retorno animou o empresariado nacional, apesar de o próprio presidente Figueiredo desgostá-lo (GASPARI, 2016).

### 3.3 GREVES DO ABC

A partir de 1978, no Brasil, registrou-se um grande aumento dos movimentos grevistas, tornando-se ao final de 1980 um dos países com maior incidência de greves no

mundo. Até o governo Figueiredo, os conflitos trabalhistas não podiam ser expressos, eram reprimidos e jamais conseguiram alcançar grandes dimensões. O povo brasileiro estava nauseado e esperando o momento em que poderia expressar-se. Combinando as taxas declinantes da economia, após o milagre econômico no início dos anos 1970, e a distensão gradual prometida pelo presidente anterior, a hora das manifestações chegara (NORONHA, 2009).

Tabela 1: Média anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos, 1888-1984.

Períodos	Média anual de greves
1888-1990	2
1901-1914	9
1915-1929	8
1930-1936	12
1937-1944	1
1945-1964	43
1965-1968	13
1969-1977	0
1978-1984	214

Fonte: Noronha (2009).

A Tabela 1 indica a média anual de greves ocorridas no Brasil, desde 1888 até 1984. Nota-se que no governo Figueiredo (1979-1984) a média anual de greves chegou a 214, vastamente superior às médias anteriores.

Segundo Noronha (2009), podemos dividir os movimentos grevistas do governo Figueiredo em três fases. A primeira (1978-1979), representada por greves concentradas no setor privado, com um caráter inaugural, pois introduziu os trabalhadores no cenário político nacional.

O novo Governo, por ocasião de sua instalação, em março de 1979, teria que defrontar-se com cerca de 500 mil metalúrgicos em plena campanha salarial, que se renunciava sob clima de radicalização por parte de empregados e empresários, já que estes, reunidos, no dia 8 de janeiro, na Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo, decidiram adotar uma base mais forte para enfrentar as paralisações futuras (Apreciação Semanal do SNI, 1979).

Pouco antes de tomar posse, Figueiredo já enfrentava manifestações, sendo a mais notável a de 180 mil metalúrgicos do ABC paulista. Este exemplo de manifestação, que começou em São Bernardo do Campo, inspirou trabalhadores de diversas outras cidades, todos buscando melhores condições trabalhistas e aumento salarial. Figueiredo respondeu, declarando que o aumento exigido iria afetar a política anti-inflacionária governamental e exigiu o fim da greve, ameaçando intervir nos sindicatos (VILLA, 2014).

Segundo Antunes (1988), as greves metalúrgicas aconteceram para combater a superexploração do trabalho e contrapor-se ao arrocho salarial. Foram caracterizadas por sua grande espontaneidade, presença sindical forte, considera estas manifestações de 1979 como vitoriosas para os trabalhadores.

Depois de mais de 10 anos de salários controlados pela fórmula de Mario Henrique Simonsen, todos os trabalhadores assalariados do país acreditavam que as greves trariam melhorias em suas vidas. Entraram em greve até dubladores, coveiros e policiais (GASPARI, 2016).

Os empregadores das indústrias se recusavam a negociar com os grevistas, mandando-os de volta ao trabalho. Foi nesse episódio chamado de o “novo sindicalismo” que emergiu a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, como líder sindical. Lula respondeu pelos grevistas, com um estrondoso “não”. A grande indústria automobilística brasileira encontrava-se então paralisada e improdutiva (SKIDMORE, 1988).

Ambos os lados estavam preparados para o conflito. Os metalúrgicos demandavam o ajuste do salário conforme a inflação, junto com a criação de uma figura do “delegado sindical”, que seria eleito nas fábricas e teria direito a um emprego estável. Por sua vez, o empresariado buscava uma retaliação, isolando o movimento grevista, que foi declarado ilegal. Os empresários negociavam, mas jamais cediam às demandas dos trabalhadores (GASPARI, 2016).

O presidente Figueiredo então, de fato interveio, no dia 23 de março de 1979, destituindo a presidência e a diretoria dos sindicatos, assumindo os cargos pessoas designadas pelo Ministério do Trabalho. Porém, apesar da intervenção e de a greve ser declarada como ilegal, ela continuou, exigindo negociação e contando com o apoio da Igreja e da sociedade paulista. Atos públicos, com a presença de mais de 100 mil pessoas ocorreram, manifestando-se em prol da greve (VILLA, 2014).

A greve se arrastou, e a posição dos trabalhadores se enfraquecia pouco a pouco. Os empregadores então ofereceram um aumento de 63% no salário dos trabalhadores e, vendo como a melhor saída possível, Lula, representando 90.000 trabalhadores, aceitou. A greve teve então seu fim no dia 13 de maio, mas entrou para história como um marco de expressão da sociedade civil. Inspirou aos novos líderes sindicais, nos anos seguintes, movimentos grevistas de trabalhadores de outras categorias a agir, e sugerindo a negociação direta dos empregadores com trabalhadores, como método mais rápido de resolução de problemas (SKIDMORE, 1988).

O Acordo que deu fim à greve pode ser resumido no seguinte: o sindicato seria devolvido em até 45 dias; nenhum trabalhador seria demitido; os trabalhadores não teriam descontado o tempo parado; e o ponto vital: a volta ao trabalho deveria ser imediata (GASPARI, 2016).

A segunda fase das greves (1980-1982) foi caracterizada pela diminuição do movimento grevista, causado pela conjuntura econômica desfavorável, por elevados níveis de desemprego e pela grande instabilidade política, combinados com uma reação mais contusa do empresariado nacional. Os líderes sindicais, portanto, decidiram a realização de menos greves, porém mais longas (NORONHA, 2009).

Em abril de 1980, houve um novo episódio de greves no ABC paulista. Desta vez, os trabalhadores reivindicavam aumento dos salários igual à inflação mais 15%, 1 ano de emprego garantido e reconhecimento dos fiscais de fábrica. O Ministério do trabalho concedeu apenas 6% acima da inflação, termo que não foi aceito por Lula e seu grupo sindical. A greve continuou e foi declarada ilegal na semana seguinte. A polícia de São Paulo agiu, prendendo mais de 100 grevistas, inclusive Lula e seus companheiros. A greve teve seu término após 41 dias, voltando todos a trabalhar. Em 1979 e 1980, houve um total de 477 greves no território nacional e a população demonstrava finalmente sua desaprovação e repulsa contra as desigualdades promovidas pelo regime militar (ANDRADE, 2010).

No tocante às greves de 1980, Antunes (1988) considera que estas não trouxeram vitória aos trabalhadores, pois o Estado já estava preparado e tinha melhores maneiras para contê-las. Coloca também a culpa do fracasso das greves de 1980 na ausência de uma direção política consciente.

Este grande movimento sindical, além de tudo, serviu de exemplo para mostrar que a luta dos trabalhadores ainda ocorria, apesar das promessas, em um sistema repressivo e não democrático. Utilizou-se da negociação com base na intimidação e a repressão aberta ao

movimento. A repressão ainda era sim um dos mecanismos de manutenção do poder militar (CARVALHO, 2005).

O número de greves, porém, declinou de 429 em 1979 para 34 em 1981, pois, além de serem onerosas para os trabalhadores, trouxeram de volta a repressão governamental. Em 1981, o país passava por uma grande recessão: empresas estavam demitindo em grandes números, enquanto Lula e os líderes sindicais estavam sendo julgados por violação da segurança nacional (SKIDMORE, 1988).

A terceira fase das greves (1983-1984) ocorreu não somente no setor privado, mas também no setor público. Esses movimentos ficaram menos sujeitos à repressão, pois os mais novos governadores eleitos procuravam consolidar e legitimar seus governos democraticamente, portanto estavam mais abertos a negociar com os movimentos grevistas (NORONHA, 2009).

A década de 1980, segundo Bem (2006), foi importante não somente pela mobilização dos trabalhadores, mas também pela grande plurificação dos movimentos sociais, que começaram a apresentar novas temáticas como a questão dos negros, índios, crianças, mulheres e meio ambiente. O povo não tinha mais fôlego para aguentar as atrocidades repressivas do regime militar e buscava também uma ampla reformulação dos padrões culturais.

Tabela 2: Número total de greves, número médio de trabalhadores parados, jornadas não trabalhadas e média de dias parados no Brasil (1978-1984).

Ano	Total de greves	Número de trabalhadores parados	Média de dias parados
1978	118	1868	6,5
1979	246	9777	6,6
1980	144	9012	7,4
1981	150	6107	8,8
1982	144	4934	5,9
1983	347	3689	4,4
1984	492	2946	3,9

Fonte: NEPP (1989).

É possível observar na Tabela 2 o grande volume de greves ocorrido no período (1978-1984), número este que se elevou de 118 greves em 1978 para 492 greves em 1984.



### 3.4 A ANISTIA

Historicamente, o agravamento da situação econômica, política e social fomenta a possibilidade de revolução. E para contornar esta situação, os setores no poder buscam preservar ao máximo suas posições e bens e, caso necessário, até colaborando com os próprios revolucionários, manipulando-os. Complementando este pensamento, surgiu a lei da Anistia (LEMOS, 2002).

Segundo cálculos do próprio regime militar, após 14 anos de ditadura, já haviam cassado mandatos/suspendido direitos políticos de 1.088 cidadãos; haviam demitido 3.215 civis do serviço público e expulsado 1.387 militares (inclusive 55 oficiais-generais). Ademais, 125 brasileiros foram banidos, 11 mil pessoas condenadas e algumas dezenas de milhares de pessoas colocadas na cadeia. Entre estes, 82 cumpriam sentenças superiores a 10 anos, que foram condenados por crimes políticos (GASPARI, 2016).

O número estimado de brasileiros exilados variava de 3 a 5 mil pessoas, dentre estes muitos eram vigiados pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX), o famoso aparelho repressor do Itamaraty, considerado até por vezes como mais rigoroso que o próprio Serviço Nacional de Informação (SNI) (GASPARI, 2016).

O movimento pró anistia começou em 1975, com a determinação de Therezinha de Godoy Zervini, que junto com quatro outras senhoras, fundaram o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em São Paulo. Therezinha era advogada, portanto prezava pela legalidade na organização do grupo. Therezinha era obstinada e não perdia nenhuma oportunidade de ganhar espaço político. O próprio SNI reconheceu-a como uma grande figura de projeção nacional, em 1978 (GASPARI, 2016).

Após o movimento de Therezinha, surgiu o Comitê Brasileiro pela anistia, grupo presidido pelo marechal Pery Bevilaqua, que foi afastado da corporação militar. A organização de Pery abrigava diversos militantes disfarçados do MDB e outras organizações clandestinas (GASPARI, 2016).

A anistia não significaria somente um esquecimento do passado, ela traçaria um novo futuro político para a nação. Com o AI-5 revogado e o fim da censura à imprensa, a anistia era a peça que faltava, trazendo personagens da política que antes se encontravam banidas. O movimento pró-anistia foi mais uma vez fortalecido quando em 1978 3 mil pessoas reuniram-se no largo de São Francisco, São Paulo, demandando uma anistia ampla, geral e irrestrita (GASPARI, 2016).

A lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso em agosto de 1979. Cerca de 5 mil pessoas foram beneficiadas, entre elas militares, professores, exilados, todos os presos por crimes políticos desde 1961, com exceção dos presos por atos de terrorismo e resistência armada ao governo. A anistia ampla era muito importante para a distensão do regime autoritário e, como era defendida por muitos, aumentou a popularidade do presidente. Nota-se que apesar de a anistia de fato acontecer, os militares jamais buscaram julgar ou responsabilizar os torturadores e assassinos dos prisioneiros (SKIDMORE, 1988).

A oposição de direita militar via com maus olhos a abertura política prometida, bem como a lei da anistia. Já a oposição à esquerda exigia uma anistia ampla e irrestrita, como também a investigação de crimes praticados pelo Estado (LEMOS, 2002).

Para Andrade (2010, p. 169):

Com a anistia, voltaram à política brasileira líderes políticos punidos pelos governos revolucionários, entre os quais Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Francisco Julião, e até comunistas do PCB e PC do B, como Luís Carlos Prestes, na ilegalidade desde a década de 1940.

Reis (2010) qualifica a Lei da anistia e a abolição dos atos institucionais como fim da ditadura militar brasileira, considerando a duração desta como apenas 15 anos. Esta, porém, era uma opinião minoritária, sendo defendido amplamente o seu fim quando o primeiro presidente civil foi eleito (1985) ou com a aprovação da nova constituição em 1988.

Para Carvalho (2002), a proposta da lei de anistia foi considerada como um ato de “revanchismo”, pois, ao não tolerar qualquer revisão judicial das ações dos militares, estes protegeram sua autonomia e foi enfatizada sua condição de impunidade e imunidade. A sociedade, então, não conheceu os agentes responsáveis pelas atrocidades cometidas pelos aparatos repressivos e a opinião pública manteve-se longe deste assunto.

Concluída a execução da Lei da Anistia, o próximo passo de Figueiredo era consolidar o quadro partidário, aumentando e garantindo o poder do partido do governo, assegurando pelo menos mais um sucessor militar, que governaria até 199. Este desejo do regime militar não ocorreu, dado o intenso esgotamento e fim em 1984 (GASPARI, 2016).

### 3.5 A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

A ARENA, até então o partido do governo, buscava agora distanciar-se de políticas repressivas. A “oposição” crescia e o sistema bipartidário agora apresentava incertezas para o governo. Os estrategistas políticos de Figueiredo desenvolveram então uma solução: dissolveram o sistema bipartidário, permitindo a criação de diversos partidos de “oposição”, mas mantendo todas as forças governamentais em um só partido eliminariam o risco da derrota, que era iminente. Era necessário separar a unidade oposicionista (SKIDMORE, 1988).

Em dezembro de 1979, foi aprovada uma lei que, por um lado, extinguiu os partidos existentes (ARENA e MDB) e por outro definia as regras para criação de novos partidos políticos. Para existir, um partido deveria apresentar candidatos para todos os cargos em disputa, não podiam realizar coligações, deviam apresentar a palavra “partido” em seu nome e ainda se proibía o eleitor de escolher candidatos de diferentes partidos na mesma eleição. Esta lei praticamente impossibilitava a formação e expressão de pequenos partidos (ANDRADE, 2010).

Com a lei aprovada, a antiga ARENA reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS), e o MDB migrou para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ao apenas adicionar a palavra “partido”, o novo PMDB adequava-se às novas regras, preservando os termos “democrático” e “brasileiro”, irritando assim o governo. Mas, a estratégia do governo funcionou, pois a oposição dividia-se em novos partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular (PP) (SKIDMORE, 1988).

Quadro 1: Partidos criados com a nova regra partidária no Brasil, de 1980 a 1982.

Sigla	Nome	Ano de fundação
PDT	Partido Democrático Trabalhista	1980
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	1980
PT	Partido dos Trabalhadores	1980
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	1980
PDS	Partido Democrático Social	1980
PCN	Partido Comunitário Nacional	1982

Fonte: Ferreira; Batista; Stabile (2008).

O Quadro 1 apresenta os novos partidos criados após a lei de reformulação partidária entrar em vigor no Brasil, de 1980 a 1982.

Para os eleitores, a criação de diversos partidos novos foi desafiante, pois coube a eles pesquisar sobre os partidos novos, suas ideologias e plataformas eleitorais, com exceção dos antigos partidos ARENA e MDB, que viraram PDS e PMDB, respectivamente (FERREIRA; BATISTA; STABILLE, 2008).

As elites políticas, por sua vez, também enfrentaram desafios, como criar e estruturar novos partidos, adaptar-se ao mais novo quadro político e conquistar o maior espaço possível na disputa (KRAUSE e PAIVA, 2002).

Segundo Villa (2004, p.274):

Na reacomodação das forças políticas, o presidente Figueiredo buscou durante todo o ano ocupar o espaço popular. Por meio de Said Farhat, secretário de Comunicação Social, constituía a figura do “presidente João”. Entremeava as entrevistas com ditos populares, buscava o corpo a corpo nos contatos populares. Era polêmico. Falava o que imaginava que o povo gostaria de ouvir. Tudo ia bem até ele chegar a Florianópolis, no início de dezembro.

O ano de 1980 então pode ser considerado o marco de referência do recomeço do sistema multipartidário brasileiro, no qual se possibilitou a criação de novos partidos, em um ambiente político mais competitivo. Parecia que a abertura política estava de fato ocorrendo, mas o objetivo de tal manobra foi apenas enfraquecer e dividir o partido de oposição, o MDB, que até então estava crescendo e ameaçando cada vez mais o partido do governo, a ARENA (LAMOUNIER, 1988, 1990; STEPAN, 1988; FERREIRA, 1990; KINZO e SILVA, 1996).

### 3.6 A NOVEMBRA DA

No dia 30 de novembro de 1979, o presidente Figueiredo visitava Florianópolis, onde seria recebido e homenageado. Ao chegar ao centro de Florianópolis, no palácio Cruz e Sousa, onde falaria ao público, encontrou uma multidão de aproximadamente quatro mil pessoas, aguardando-o e aplaudindo-o. Mas, cerca de cem estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, chegaram à frente do palácio, insultando o presidente, até que o mesmo, furioso, entrou na multidão buscando confrontar os estudantes. Era um pequeno episódio, mas demonstrava a insatisfação dos estudantes contra o regime militar (ANDRADE, 2010).

É importante notar que dentre os estudantes, grande parte deles eram mulheres, que tinham sua participação fortalecida após o grande movimento feminista da década de 1970 e pela grande luta feminista que ainda ocorria no governo Figueiredo. A novembrada é um exemplo de como ocorreram as mudanças para a democracia no Brasil, com participação de homens e mulheres, cansados da situação social, econômica e política do país (BRISTOT, 2012).

O ano de 1979, politicamente, foi um ano próspero: aconteceram a anistia, greves, retorno de exilados e o fim do bipartidarismo, avanços no campo das liberdades que não eram vistos há mais de uma década (VILLA, 2014).

Contudo, apesar de tais avanços, a população permanecia cética com a “abertura”. Este ceticismo seria fortalecido em maio de 1980, quando o governo cancelou as eleições municipais que seriam realizadas no fim do mesmo ano, temendo uma derrota, especialmente vinda do PDS, que possuía um grande número de prefeitos e vereadores (SKIDMORE, 1988).

Para Skidmore (1988, p. 432):

Outra ação governamental aparentemente contrária à liberalização foi a lei extremamente rigorosa (agosto de 1980), regulamentando a entrada e a permanência de estrangeiros no Brasil. A lei dava ao governo maior autoridade para impedir o acesso ao país ou para a expulsão de estrangeiros, o que incluía numerosos refugiados de outros países latino-americanos (não deixa de ser irônico que os governos militares, com suas elevadas taxas de crescimento econômico, tivessem acolhido tais refugiados, especialmente se qualificados), bem como grande parte dos padres católicos que eram estrangeiros (SKIDMORE, 1988, p. 432).

Considera-se que, neste momento, Florianópolis convivia com uma grande crise do setor da construção civil, cerca de metade dos empreendimentos encontravam-se congelados. As dificuldades governamentais trouxeram salários reduzidos para os funcionários públicos, diminuiu em grandes números o poder consumidor do povo, o qual alimentou ainda mais as manifestações (CAMPOS, 2004).

As manifestações que ocorriam em todo Brasil no nível municipal representaram e formaram o desejo do povo por democracia e cidadania. Em Florianópolis, por exemplo, tais manifestações levaram à eleição do prefeito de Édson Andrino, do PMDB em 1985, partido que ganhou muita representatividade quando a ditadura terminou (LOHN, 2011).

### 3.7 ATENTADOS

A liberalização, apesar de incerta, prosseguia. Mas não eram todos os que a apoiavam, e alguns desses indivíduos contrários organizaram-se em grupos e planejaram diversos atentados terroristas, que ocorreram no país ao longo de 1980 e no começo de 1981 (ANDRADE, 2010).

No início de Julho de 1980, o presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo foi sequestrado e esfaqueado; advogados que foram efetivos na defesa de presos políticos foram atacados e, ainda no mesmo mês, bancas que vendiam publicações da imprensa independente foram incendiadas (VILLA, 2014).

Foi no mês seguinte que ocorreu o famoso atentado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que matou a secretária do prédio que, infelizmente foi quem abriu a carta-bomba. A abertura política encontrava-se ameaçada. A legislação opressora que ainda estava ativa, foi utilizada, expulsando do país um padre que se recusara a celebrar uma missa no dia 7 de setembro, em rebelião à ainda vigente ditadura, e aumentando ainda mais as tensões Estado – Igreja (VILLA, 2014).

O ano seguinte, 1981, também foi palco de atentados terroristas, quando no dia 30 de abril, uma bomba explodiu dentro de um carro no estacionamento do Riocentro, no qual estava sendo realizado um espetáculo comemorativo do primeiro de Maio. No carro encontravam-se um capitão e um sargento do exército brasileiro. O sargento morreu e o capitão ficou gravemente ferido. No show estavam cerca de 10 mil pessoas, não tendo a bomba explodido antes por acidente, o que teria causado uma tragédia imensa (GASPARI, 2016).

O atentado no Riocentro, entretanto, foi um desastre tanto em seu planejamento quanto na sua execução. É considerado um dos grandes fracassos do terrorismo mundial. (GASPARI, 2016).

Para Gaspari (2016, p. 196):

O presidente Figueiredo contou que soube da explosão na manhã seguinte, num telefonema de Heitor Ferreira, e alegrou-se: “Até que enfim os comunistas fizeram uma bobagem”. Meia hora depois chegou-lhe uma nova informação: “Presidente, há indícios de que foi gente do nosso lado.

Figueiredo reagiu aos atentados, reafirmando seu compromisso com a restauração da democracia e condenando o assassinato de inocentes. Porém, apesar deste discurso, pouco agiu ao descobrir os verdadeiros culpados pelos atentados (GASPARI, 2016).

Descobrimo o envolvimento de militares nesse atentado, o exército tomou a investigação do atentado para si, buscando esconder a verdade e enganar a população. O general Golbery, que tanto tinha interesse na abertura do governo, quando descobriu que o próprio Exército realizara o atentado, tentou ocultar esse fato, renunciando ao posto de Chefe da Casa Civil, provocando grande agitação no cenário político (SKIDMORE, 1988).

Apreensivos, os militares de extrema direita pararam com os ataques, enquanto os militares pró abertura retomaram a fé no retorno da democracia. Tudo isso poderia ser abalado quando o presidente Figueiredo sofreu um ataque cardíaco em setembro de 1981. Mas, com os militares linha-dura na defensiva e sem qualquer sinal de guerrilhas, além da promessa de uma rápida recuperação de Figueiredo, não ocorreu nenhuma mudança política significativa, e a abertura continuou a progredir (SKIDMORE, 1988).

Os atentados deste período possuíam uma estratégia intimidatória. Grupos tanto de esquerda quanto de direita buscavam criar um ambiente de radicalização política. Mas, como a esquerda já havia abandonado a defesa da luta armada, a direita ficou sem um adversário verdadeiro. Na falta deste adversário, a direita buscou criá-lo, tanto para gerar temores políticos quanto para justificar a existência da grande máquina repressiva governamental (GASPARI, 2016).

### 3.8 ELEIÇÕES DE 1982

As eleições de 1982 eram de fato para ter ocorrido em 1980, porém foram adiadas, pois o governo temia uma derrota se assim não agisse. O partido do governo, PDS e o principal partido de oposição, organizaram propagandas nos meios de comunicação, mas os menores como o PT, PDT e PTB, necessitavam ir às ruas, receber ajuda de voluntários, fazendo comícios em praças públicas. Foi nessa eleição que ocorreu o até então maior eleitorado de todos os tempos da América Latina, com mais de 45 milhões de eleitores. A insatisfação da população se expressava. (SKIDMORE, 1988).

Para Andrade (2010, p.187):

Em 15 de novembro de 1982, foram realizadas eleições para os governos dos Estados, 1/3 do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas estaduais, prefeituras municipais e Câmara dos Vereadores. As eleições foram absolutamente livres e já com a extinção da chamada “Lei Falcão” (ANDRADE, 2010, p. 187).

Foi a primeira vez desde 1965 que ocorreu uma eleição direta, e o partido do governo, o PDS, elegeu a maior parte dos governadores dos Estados. Porém, perdeu em 9 Estados, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, Estados com altíssima importância política e econômica. No senado, o PDS também triunfou, somando 46 senadores, enquanto a oposição elegeu 23. Já na Câmara dos Deputados, a oposição totalizou 240 deputados eleitos contra 235 do PDS (ANDRADE, 2010).

Perdendo na Câmara dos Deputados, caso a oposição votasse unida, esta poderia então impedir qualquer lei que o governo tentasse criar. Agora o PDS dependia fortemente dos votos dos representantes de estados menos populosos e menos desenvolvidos (SKIDMORE, 1988).

Apesar de perder na maioria dos Estados, caso se atente para os números, o regime militar saiu derrotado. A oposição recebeu 25,3 milhões de votos, contra 17,9 milhões do PDS. Porém, graças à mudança da legislação e à lei da vinculação de votos, assim como à formação de diversos partidos da oposição, o governo conseguiu manter certo domínio (GASPARI, 2016).

A vitória da oposição nestes 10 Estados era importantíssima, pois neles se concentravam-se 59% da população brasileira, 75% da produção nacional e 72% da arrecadação federal. Os bancos do Sudeste superavam em depósitos o próprio Banco do Brasil; então, as enormes verbas destes Estados agora saíram do controle absoluto do regime militar (GASPARI, 2016).

Para Skidmore (1988, p.454):

“Votar contra os candidatos do PDS era para o eleitor comum o melhor meio que encontrava para se manifestar contra o governo militar de Brasília”.

O governo militar teve um importante ganho: assegurou a maioria no colégio eleitoral que eventualmente elegeria o próximo presidente. Contudo, a oposição, apesar de eleger a minoria, conseguiu avanços significativos. O PMDB por exemplo, elegeu governadores e senadores de nove Estados, além de 200 cadeiras na Câmara dos Deputados. Os militares continuavam a exercer total controle das eleições, mas outros atores estavam começando a vir à tona e organizando-se para atrapalhar os planos do governo (KINZO, 2001).



Tabela 3: Resultados oficiais das eleições legislativas por partido político no Brasil, 1966-1982 (em %).

Anos	Senado Federal			Câmara dos Deputados			Assembléias Estaduais		
	ARENA	MDB	B+N	ARENA	MDB	B+N	ARENA	MDB	B+N
1966	44,7	34,2	21	50,5	28,4	21	52,2	29,2	18,6
1970	43,7	28,6	28	48,4	21,3	30,3	51	22	26,8
1974	34,7	50	15	40,9	37,8	21,3	42,1	38,8	19,9
1978	35	46,4	19	40	39,3	20,7	41,1	39,6	19,3
1982	36,5	50	14	36,7	48,2	15,1	36	47,2	16,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2003).

Na Tabela 3, nota-se o crescimento gradual do partido de oposição ao governo (MDB), assim como a diminuição dos votos no partido do governo (ARENA). A representação da ARENA no Senado Federal, por exemplo, declinou de 44,7% em 1966 para 36,5% em 1982; já a representação do MDB no Senado Federal aumentou de 34,2% em 1966 para 50% em 1982.

### 3.9 POSICIONAMENTO DO EMPRESARIADO NACIONAL

A partir de 1977, tendo passado alguns anos difíceis devido à crise do petróleo de 1973, a maioria da burguesia brasileira passou a apoiar a redemocratização. Mas, ainda não era intrinsecamente democrática, ou intrinsecamente autoritária, como foi no período de 1964 a 1977. Isso ocorreu pois essa perdeu o medo da dominação comunista e começou a perceber que o governo não mais lhe concedia benefícios econômicos (BRESSER-PEREIRA, 1983).

Para Bresser-Pereira (2007, p. 55):

Pela primeira vez, desde 1964, os empresários passam a manifestar insatisfação com o regime e a demandar o retorno da democracia. Compreendi naquela época que estava iniciando-se a transição democrática e publiquei, em 1978, sete anos antes que essa consumasse-se, o livro *O colapso de uma aliança de classes*, que previa essa transição a partir da ruptura do acordo firmado entre os empresários e os militares, que começava a ocorrer.

Os membros mais influentes do empresariado, portanto, ao perceber a hegemonia ideológica tranquila da burguesia, almejavam a posse da hegemonia política, ou seja, buscar tornar-se a classe dirigente. E para tal, uma redemocratização era necessária (BRESSER-PEREIRA, 1983).

Para Bresser-Pereira (1983, p. 57):

Os empresários só passam a adotar posições políticas claramente democráticas quando são pressionados pelas classes médias tecnoburocráticas e pelos trabalhadores. Ou, em outras palavras, quando ocorre a democratização interna da sociedade, graças ao êxito das lutas populares.

Nos países centrais, estudos realizados concluem que a democracia só foi fruto das lutas dos trabalhadores e das classes médias e a burguesia, por sua vez, só se torna democrática por pressão das classes populares. No Brasil, porém, o processo de democratização oriundo das classes trabalhadoras é no máximo limitado, devido a um imenso número de trabalhadores encontrar-se marginalizado, tendendo assim à permanência de uma burguesia autoritária (BRESSER-PEREIRA, 1983).

Outro importante fator influente, que contribuiu para a posição autoritária do empresariado por tanto tempo, foi o grande poder econômico do Estado, usufruído através de suas empresas estatais e sua capacidade de definir política econômica. Se este Estado forte economicamente é autoritário, o empresariado também tende a sê-lo, pois dele depende e a ele necessita submeter-se. É também uma grande e velha tradição da burguesia brasileira o imenso respeito burocrático ao Estado e seu poder, mesmo que a origem deste poder seja dúbia (BRESSER-PEREIRA, 1983).

Este grande respeito por parte da burguesia fez com que a ocorrência de conflitos entre o empresariado e a tecnoburocracia fosse raríssimas. A burguesia no máximo coloca a culpa nos dirigentes, absolvendo o regime militar da questão (BRESSER-PEREIRA, 1983).

No Brasil, após as eleições de 1982, a oposição obteve grandes ganhos e representatividade relativos, somados com a maxidesvalorização ocorrida no início de 1983. Esta demonstrava grandes erros por partes das autoridades econômicas e deixou por fim o empresariado indignado. E, quebrando a tradição, agora viam não mais somente nos dirigentes a culpa, mas sim no regime militar como um todo, que carecia legitimidade suficiente e tomava medidas econômicas ineficazes (BRESSER-PEREIRA, 1983).

Em 1983, tanto a sociedade civil quanto o empresariado já haviam perdido todas as esperanças no governo militar em sua capacidade de contornar a crise econômica sem um nível consistente de legitimidade. Era necessária uma negociação, entre a sociedade civil, o empresariado e o governo. Mas esta torna-se quase impossível, devido a profundas divisões no governo. O partido do governo (PDS) buscava de todas as formas garantir a maioria no colégio eleitoral para assim eleger mais um candidato em 1985, enquanto a oposição

considerava o colégio como ilegítimo. A solução concebida para a redemocratização foi não-radical: ganhar o jogo com as regras dos militares (BRESSER-PEREIRA, 1983).

### 3.10 CAMPANHA DIRETAS JÁ

A economia continuava a deteriorar-se ao longo do governo Figueiredo (explicarei em detalhes a parte econômica no próximo capítulo), e o declínio econômico também causava um declínio político. As eleições de 1982 trouxeram uma nova alvorada ao balanço de poder partidário do país, pois o partido da ditadura perdeu não somente a maioria do Congresso, como também os governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O poder do presidente também era mais escasso que de seus antecessores, pois o AI-5 já tinha deixado de existir. Mesmo assim, as eleições para presidente continuavam indiretas, e Figueiredo controlava os militares: a luta pela democracia apenas começava (SKIDMORE, 1988).

Opondo-se a esta eleição presidencial indireta, de 1983 ao início de 1984, realizou-se um grande movimento objetivando a instituição de eleições diretas para presidente da república. Dante de Oliveira, que era deputado federal pelo PMDB, propôs um projeto de emenda constitucional que instituía eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República. A campanha também foi apoiada por comícios, sendo o primeiro na cidade de Goiânia, onde diversas personalidades brasileiras tomaram parte, dentre elas Chico Buarque de Holanda, Lula, o então governador de Minas Gerais Tancredo Neves, entre outros (ANDRADE, 2010).

Começou em Goiânia, mas a campanha pelas eleições diretas rapidamente se espalhou por diversas cidades do Brasil, normalmente mobilizada pelos partidos de oposição (PMDB, PDT e PT). O público apoiou o movimento com entusiasmo, eis que este tinha um clima de festa e descontração, mas os presentes eram sempre ordeiros, fato que tornou a campanha difícil de ser desmoralizada pelos opositores (SKIDMORE, 1988).

Para Gaspari (2016, p.275):

“A multidão, na qual se distinguia um enorme boneco de Tetônio Vilela, comandava os espetáculos num coro onde se misturavam gritos pelas “Diretas Já” e insultos a qualquer menção ao nome de Figueiredo”.

A votação da emenda que incluía as eleições diretas estava marcada para abril de 1984. Para ser aprovada, precisava de dois terços dos votos da Câmara e do Senado. Tendo em conta que o PDS possuía 235 das 479 cadeiras na Câmara dos Deputados e 46 das 69

cadeiras no Senado, seria muito improvável sua aprovação. Com a data da votação se aproximando, os comícios aumentavam; em abril um comício chegou ao incrível número de 500.000 pessoas reunidas no centro do Rio de Janeiro, mais de 1 milhão de pessoas em São Paulo, expressando seu desejo de eleger o presidente diretamente (SKIDMORE, 1988).

A sociedade civil, que demonstrou sua existência nos movimentos civis iniciados a partir de 1978, havia finalmente despertado e buscava alterar o curso da liberalização (KINZO, 2001).

Segundo Gaspari (2016, p. 272):

Os militares temiam uma eleição direta, até mesmo porque a ditadura argentina, humilhada por uma derrota imposta pelas tropas inglesas nas ilhas Malvinas, realizara uma eleição, entregara o poder ao moderado Raúl Alfonsín e já haviam sido presos três generais, três almirantes e dois brigadeiros. Entre eles, dois ex-presidentes. No comício de Curitiba, um representante de Alfonsín estivera entre os oradores mais aplaudidos.

Faltando poucos dias para a votação, o governo decretou medidas de emergência, colocou as tropas nas ruas para evitar manifestações no dia da votação. O exército nas ruas também demonstrou que a intervenção armada poderia acontecer a qualquer momento. A Câmara votou, tendo 298 votos a favor, e 65 votos contra e 113 abstenções. Apesar de obter a maioria dos votos, para ser aprovada a emenda necessitava de dois terços, ou seja, de 320 votos. Faltaram 22 e, sendo assim, a emenda não passou da Câmara, e o povo brasileiro continuou aflito. Tudo indicava que com eleições indiretas, o próximo presidente também seria do PDS (VILLA, 2014).

Cabe lembrar que a votação da emenda das diretas ocorreu sob um clima ameaçador em virtude do estado de emergência decretado em Brasília, executado pelo general Newton Cruz, comandante militar do Planalto e ex-chefe da agência do SNI da capital (CARVALHO, 2002).

Apesar de não aprovada, a campanha pelas Diretas Já mobilizou o país inteiro, a sociedade acordou e exigiu o seu direito de votar. Os militares desejavam manter as eleições indiretas pois, como possuíam a maioria dos votos do colégio eleitoral, poderiam garantir-se no poder por mais quatro anos. Agora, necessitavam de um candidato para o seu partido (SKIDMORE, 1988).

Mesmo provido de um imenso apoio popular, a proposta não foi aprovada. O fracasso da proposta demonstrou mais uma vez a grande determinação dos militares em se manterem no poder e controlar a sucessão presidencial a qualquer custo. À oposição sobravam dois

caminhos: procurar simpatizantes ao voto direto dentro do governo ou revoltar-se contra as regras do jogo, através de grandes mobilizações sociais (KINZO, 2001).

### 3.11 MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS PRÉ-ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Três postulantes fortes disputaram para ser o candidato do PDS. O primeiro era Aureliano Chaves, que foi vice-presidente de Figueiredo, engenheiro que trabalhou em altos postos em empresas de eletricidade como a Cemig e Eletrobrás, foi deputado estadual pela UDN e deputado federal pela ARENA (SKIDMORE, 1988).

O segundo candidato era o ministro do Interior Mario Andreazza, coronel do exército, que serviu como Ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici. Ele participara de grandes projetos como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, além de grandes obras públicas nos setores de abastecimento de água, eletrificação e habitação (SKIDMORE, 1988).

O terceiro candidato mais cotado era Paulo Maluf, componente de uma família libanesa muito rica, proprietário da Eucatex, uma grande firma de construção. Foi presidente da Caixa Econômica Federal e prefeito e governador de São Paulo. Maluf renunciou ao governo de São Paulo em 1982, para concorrer a deputado federal e promover ainda mais sua campanha à presidência, com foco no colégio eleitoral. Ele era um político conservador, como demonstrou reprimindo com violência os sindicatos e as manifestações públicas, quando governador. Sua maneira de agir agradava aos conservadores e opositores a um sistema mais aberto (SKIDMORE, 1988).

Para Skidmore (1988, p.477):

Maluf provocava quase apoplexia na esquerda, em boa parte do centro e até em alguns membros do PDS, que o viam como uma ameaça à democracia emergente. O ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, declarou em agosto de 1984 que Maluf era o homem mais odiado do Brasil e que não podia andar um quarteirão sem arriscar sua vida.

Apesar de certos membros do PDS rejeitarem a candidatura de Maluf, este trabalhou duramente para convencer os demais, criando grandes divergências no partido. O presidente do partido, José Sarney, vendo esta divisão dentro de seu partido, saiu da presidência para formar a frente liberal e concorrer a vice-presidente pela chapa adversária. Jorge Bornhausen, senador pelo Estado de Santa Catarina, assumiu como o novo presidente do PDS. Porém, logo

se afastou também, junto com outros opositores de Maluf. Com o PDS, agora sem oposição, Maluf tinha total domínio do partido, tornando-se assim, o candidato a presidente (ANDRADE, 2010).

Para Skidmore (1988, p.482):

“Foi uma vitória obtida através de intenso lobby junto a cada delegado, a quem Maluf fazia generosas promessas quando do loteamento prévio dos cargos públicos em seu futuro governo”.

A oposição, que agora era representada não mais somente pelo PMDB, mas também pelo PT, PDT e PTB, escolheu jogar o jogo seguindo suas regras, e buscou influenciar o processo decisório e vencer os militares no colégio eleitoral. Consideraram que uma grande mobilização social buscando mudar as regras do jogo seria muito arriscada e imprevisível. Mesmo enquanto o PMDB por inteiro defendia a campanha pelas Diretas Já, a ala moderada do partido já traçava estratégias para enfrentar os militares caso a emenda não fosse aprovada (KINZO, 2001).

A grande oportunidade de vitória da oposição ocorreu quando alguns políticos do PDS negaram-se a apoiar Paulo Maluf, o candidato nomeado na convenção do partido. Negociações foram feitas então entre o PMDB e os dissidentes do partido do governo, estes que depois criaram o PFL (Partido da Frente Liberal) (KINZO, 2001).

O PMDB, por outro lado, parecia estar melhor organizado. Possuía Tancredo Neves, o governador de Minas Gerais, como candidato a presidente da república. Tancredo, que já fora deputado federal e senador, além de ter ocupado postos chave no governo como ministro da justiça de Vargas, diretor do Banco do Brasil no governo Kubitschek e primeiro-ministro no parlamentarismo do governo Goulart. Sua posição moderada atraía a população do centro-esquerda a centro-direita (SKIDMORE, 1988).

Entretanto, a proposta da candidatura de Tancredo não era uma missão fácil pois, para obter êxito, era necessário também o apoio de parlamentares do partido do governo (KINZO, 2001).

A eleição se aproximava e, como uma nova emenda que defendesse eleições diretas não sairia a tempo, era necessário que a oposição encontrasse uma forma de ganhar do PDS no colégio eleitoral. O PT, por exemplo, cogitava não ir ao Colégio, pois legitimaria a vitória de Maluf. Enquanto isso, o PMDB, como o maior partido de oposição, procurava a melhor maneira de enfrentar a eleição (VILLA, 2014).

Para Villa (2014, p. 327):

No fundo, Figueiredo parecia absolutamente desinteressado da sua própria sucessão. Dava declarações desencontradas, mudava de humor a toda hora, acusando governistas e opositores de ingratos, por não reconhecerem o que supunha serem os méritos do seu governo. O exercício do governo, para ele, era um fardo (VILLA, 2014, p. 327)

José Sarney, líder do Partido Frente Liberal (PFL), acabou por fazer um acordo com o PMDB de Tancredo Neves, formando a coligação conhecida como a “Aliança Democrática”. A Aliança tinha como candidato a presidente Tancredo Neves, e vice José Sarney. A oposição se unia, enquanto o partido do governo, PDS, se dividia (ANDRADE, 2010).

Com a criação da “Aliança Democrática”, a balança eleitoral foi modificada. O PDS de Maluf não mais possuía a maioria maciça de votos do colégio eleitoral. O povo brasileiro queria Tancredo; uma pesquisa realizada em outubro de 1984 indicou que 69,5% dos entrevistados apoiavam Tancredo Neves, contra apenas 18,7% para Maluf. Enquanto Tancredo inspirava o entusiasmo da população, Paulo Maluf era considerado uma figura sinistra e autoritária. E foi no dia histórico, 15 de janeiro de 1985, que o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves, com 480 votos de um total de 686, uma vitória esmagadora (SKIDMORE, 1988).

### 3.12 VITÓRIA DE TANCREDO

Segundo Gaspari (2016, p. 298):

No dia 15 de janeiro de 1985, em clima de comemorações semelhantes às das vitórias da Copa do Mundo, Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente da República. Depois de cinco generais e duas juntas militares, estava acabada a ditadura e um civil retornaria à Presidência da República. Multidões foram às ruas e, em Belo Horizonte, num episódio que talvez nunca tivesse acontecido, bisou-se uma cantoria do Hino nacional. Chovia em Brasília e centenas de pessoas abrigavam-se debaixo de uma bandeira brasileira de 250 metros quadrados.

O governo militar, que só planejava entregar o poder aos civis em 1991, acabou por sair do poder antes do esperado. Aconteceu devido a três motivos: primeiro, o candidato do PDS, Paulo Maluf, afastou muitos membros do partido, que desertaram para apoiar Tancredo. Segundo, a oposição uniu-se através de uma grande coalizão política pró-democracia. E terceiro, o então presidente Figueiredo decidiu manter-se neutro e não interferir na eleição. A

população finalmente, após 21 anos de um regime repressivo e censurador, respirou, e assim a “agonia” de viver sob os militares terminou (SKIDMORE, 1988).

O governo militar, em sua tentativa de liberar o regime e institucionalizar seu autoritarismo, acabou por passar por grandes dificuldades. Demonstrou sua fraqueza nas eleições governamentais, na qual perdeu grande representatividade em 1982. O próprio processo de liberalização do governo acabou por fortalecer a oposição e por perder a disputa presidencial, mesmo que em eleições indiretas através do colégio eleitoral (SALLUM JUNIOR, 1994).

Existem duas interpretações distintas para o processo de redemocratização brasileiro. A primeira foi que a distensão de Geisel e a abertura de Figueiredo significaram que o processo de redemocratização foi realizado pelo regime militar. A sociedade civil, ao protestar e pressionar o regime, teve um papel reduzido nisto, sendo majoritadamente uma escolha do governo militar (MARTINS, 1983; DINIZ, 1985).

Já a segunda interpretação, de Bresser-Pereira (1978; 1985) diz que o processo de redemocratização foi um processo exigido pela sociedade civil e respondido lentamente pelo governo militar. Este processo, que desde 1964 tinha o apoio dos trabalhadores, em 1977 com o declínio econômico recebe também o apoio da burguesia, tendo desta forma força suficiente para pressionar o regime militar.

### 3.13 CONTEXTO INTERNACIONAL

Para ALMEIDA (1997, pg.303) :

Do ponto de vista das Relações Internacionais, os anos 1980 podem ser considerados um processo inacabado, uma espécie de canteiro de obras que atua como linha divisória entre duas épocas : a fase clássica da Guerra Fria, por um lado, e uma emergente e algo incipiente nova ordem internacional, por outro.

Estas mudanças no cenário internacional trouxeram drásticas consequências tanto para a América Latina quanto para o Brasil. Os países centrais ao priorizarem os direitos humanos, meio ambiente e narcotráfico em suas agendas internacionais, fato que reforçou a crise e contestação do público brasileiro (FRANCO, 2008).

A política externa do governo Geisel, antecessor de Figueiredo foi conhecida como Pragmatismo Ecumênico e Responsável, pois esta visava a busca pela autonomia,



desenvolvimento econômico e a atuação conjunta com os países do Terceiro Mundo nos âmbitos internacionais (FRANCO, 2008).

Sobre o Pragmatismo de Geisel, LESSA (1998, pg. 3) entende que :

O pragmatismo permitiu a compatibilização da universalidade em construção com a capacidade de articulação concreta, de modo a tornar operacional o impressionante acervo de relações bilaterais em vias de acumulação.

No governo Figueiredo, a política externa implantada foi o universalismo, esta que manteve os principais focos da política anterior. Dentro deste universalismo, haviam duas vertentes : o universal-idependentista e o liberal-ocidentalista (FRANCO, 2008).

O universalismo, com traços pragmaticos, para LESSA (1998, pg 3) é :

Resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior tem permitido a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permitiria a auferição de ganhos concretos de lado a lado. Este movimento, recorrente na história da política exterior do Brasil, pode ser conceituado como construção de Parcerias Estratégicas, que são relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado.

Os universal-idependentistas defendiam a busca de diferentes parcerias para o Brasil no âmbito internacional, para assim aumentar sua autonomia. Ao fazê-lo, distanciaria-se dos Estados Unidos e fortificaria-se a relação com os países em desenvolvimento. Esta corrente acreditava também no protecionismo, e discordava da estatização (FRANCO, 2008).

Os liberal-ocidentalistas, acreditavam também na necessidade da diversificação de parcerias, porém viam a aproximação com os Estados Unidos como necessária, pois via os EUA como a grande civilização democrática, capitalista e com um poderoso mercado, com a capacidade de adquirir grande parte das exportações brasileiras (FRANCO, 2008).

Entretanto, a elevação da dívida externa combinada com o reativamento da guerra fria com a invasão soviética no Afeganistão acabaram por reduzir a autonomia brasileira, forçando o país a ajustar seu comportamento perante aos credores e apoiar o líder hemisférico. Portanto, a corrente universal-idependentista foi amplamente criticada e reconheceu a dificuldade da aplicação de sua estratégia. (FRANCO, 2008).

Ambas as correntes entraram em consenso no quesito dos benefícios de uma maior aproximação com a Argentina, esta aproximação era considerada o início de uma integração

econômica que inspiraria todo o continente a fazer o mesmo. Este consenso foi abalado em 1982, com a eclosão da Guerra das Malvinas, pois a corrente universal-idependentista apoiou veementemente o direito argentino sobre as ilhas, enquanto os liberal-ocidentalistas situaram-se contrários as reivindicações argentinas. Após o esgotamento do conflito, entretanto, ambas vertentes entraram novamente em um consenso, e a aproximação com a Argentina não foi somente especulação, mas sim realidade, e aprofundou-se fortemente nos governos seguintes (FRANCO, 2008).

Seitenfus (1994, pg. 68) sobre a questão das Malvinas escreve :

O governo brasileiro, após um momento de irônica indiferença, conforme a declaração do Presidente Figueiredo, “ não sou argentino nem tenho namorada nas Malvinas”, revê sua posição e declara-se solidário com Buenos Aires, apesar de um segmento importante da imprensa nacional condenar veementemente a iniciativa militar argentina.

O governo Figueiredo foi palco da visita do presidente norte-americano Ronald Reagan, após a visita de Figueiredo aos Estados Unidos neste mesmo ano. Apesar de discordarem na questão das Malvinas (o Brasil adotou uma posição de neutralidade amiga, enquanto os Estados Unidos posicionaram-se claramente pró-Inglaterra), os dois países ainda buscaram manter boas relações diplomáticas. Ambas as correntes destacavam a importância destas visitas, mas enquanto a corrente liberal-ocidentalista explicitava a necessidade de maior aproximação, a corrente universal-idependentista reforçava a necessidade de uma maior autonomia (FRANCO, 2008).

A política externa brasileira, no governo Figueiredo, foi amplamente comentada e discutida pelos partidos da época. O PDS acreditava que as relações entre Brasil e EUA eram de vital importância e deveriam ser inextinguíveis. Já o PMDB, defendia que a autonomia e os interesses brasileiros eram mais importantes do que um alinhamento automático aos Estados Unidos (FRANCO, 2008).

No tocante da auto-percepção brasileira, onde outrora fora de uma potência regional e líder do Terceiro Mundo, devido ao elevado crescimento econômico experienciado pelas regimes ditatoriais anteriores, no governo Figueiredo é deteriorada. Há um crescente pessimismo, e a crença que o poder e influência do país encontram-se reduzidos (FRANCO, 2008).

### 3.14 SÍNTESE ANALÍTICA

Foi visto que como o governo Figueiredo já começara em um país mais liberalizado e menos repressivo (não existia mais o AI-5). No contexto internacional, a elevação da dívida externa combinada com o reativamento da guerra fria com a invasão soviética no Afeganistão acabaram por reduzir a autonomia brasileira, forçando o país a ajustar seu comportamento perante aos credores e apoiar o líder hemisférico, os Estados Unidos. A sociedade civil, pela primeira vez em 15 anos sentiu-se livre o suficiente para expressar seus desejos através da realização de grandes comícios, protestos e greves. Ela exigiu a redemocratização. O governo, por sua vez, concedeu o pedido de liberalização da sociedade, porém lenta e gradualmente “a conta gotas”, enquanto ao mesmo tempo buscou maneiras de manter-se no poder neste Brasil menos opressivo, através de outras estratégias. Buscou reestabelecer vínculos com a sociedade civil; por um lado aumentou salários, concedeu verbas destinadas à construção de casas populares, junto com as medidas liberalizantes (liberdade da imprensa, lei da anistia). Objetivou alcançar uma maior legitimidade e, para garantir o poder, realizou então manobras, como por exemplo a lei de reformulação dos partidos. Esta que foi feita com o objetivo de enfraquecer o partido de oposição, MDB, que ganhou grande representatividade nas eleições estaduais de 1982. Dividir a oposição e procurar manter o partido do governo unido foi sua estratégia.

Porém, o plano do governo demonstrou-se falho. A sociedade civil foi às ruas em grandes números exigindo seu direito ao voto, eleições diretas para presidente. Mesmo o empresariado nacional, que possuía uma longa tradição pró-governista, perdeu as esperanças no regime militar, e a sua maioria neste período defendia a redemocratização. Apesar de toda a comoção do público, o governo militar, que ainda tinha grande controle sobre o colégio eleitoral, conseguiu barrar o pedido de eleições diretas. Parecia que não havia saída, o povo mais uma vez sentiu a agonia de viver dentro de um regime opressor. Coube a oposição vencer os militares em seu próprio jogo, nas eleições indiretas.

Quadro 2: Síntese analítica dos acontecimentos políticos do período 1979/1984.

1979	Figueiredo Assume a Presidência	No dia 15 de março de 1979 o general João Baptista de Oliveira Figueiredo tomou posse, prometendo "fazer deste país uma democracia" e "garantir a cada trabalhador a remuneração justa". Suas escolhas no ministério demonstravam mais continuidade do que mudança.
1978-1982	Greves do ABC	Foi o maior movimento grevista da história do país até então, o trabalhador brasileiro, que sofria os efeitos do declínio econômico e sem os mecanismos repressivos do AI-5, expressou sua agonia.
1979	Lei da Anistia	Foi concedida anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos com estes, no período entre 1961 e 1979
1979	Extinção dos Partidos Políticos	Foram extintos os dois partidos políticos presentes durante o regime militar, e decididas as regras para a criação de novos partidos. Foi uma estratégia do governo para dividir a oposição.
1979	A Novembrada	Episódio ocorrido em Florianópolis-SC: mais de cem estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina insultaram o presidente quando este se dirigia ao público.
1980-1981	Atentados	Este período foi palco de diversos atentados terroristas: os radicais da extrema direita contestaram a distensão política com métodos extremos
1982	Eleições de 1982	Nas eleições de 1982 para governos dos Estados, 1/3 do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, prefeituras municipais e câmara dos vereadores, pôde ser visto um grande aumento de votos para as oposições ao governo, que perdeu representatividade.
1977-1984	Posição do Empresariado Nacional	O empresariado nacional que, historicamente, sempre se manteve pró-governo, neste período começou a contestar sua legitimidade e apoiou a redemocratização.
1983-1984	Campanha Diretas Já	Com a economia e a política deteriorando-se cada vez mais, a sociedade civil manifestou-se através de uma enorme campanha nacional, exigindo o direito de escolher o seu próprio presidente em eleições diretas.
1984	Movimentação Política Pré-Eleição	Foi neste período que a oposição se organizou, através da criação da Aliança Democrática. Uniu-se para ter forças suficientes para derrotar o partido do governo que, por sua vez, estava se dividindo.
1985	Vitória de Tancredo	O governo militar, que planejava entregar o poder somente em meados de 1990, perdeu em seu próprio jogo, nas eleições indiretas. Há duas abordagens para este processo, um acredita que foi realizado pela sociedade civil com seus inúmeros protestos, a outra diz que a redemocratização foi de fato realizada pelo governo militar, com sua distensão política.

Fonte: o autor (2017).

O Quadro 2 é uma síntese analítica dos principais acontecimentos políticos do período, que colaboraram para a decadência do regime militar.

É nesse contexto que, através de uma grande coalizão dos dois maiores poderes da oposição da época, o PFL e o PMDB, cria-se a Aliança Democrática. Enquanto a oposição se uniu o PDS, do governo, fragmentou-se, apresentando grande discordância e incerteza quanto

o candidato do partido à presidente, Paulo Maluf. Graças a essa grande aliança, os militares, após 21 anos no poder, foram derrotados, o governo civil foi instaurado e a população brasileira respirou aliviada.

Foram explicados os fatores e circunstâncias políticas que levaram ao fim do governo militar. No próximo capítulo é explicado como e porque, a economia que, por muito tempo cresceu a taxas elevadas, no fim do regime militar entrou em recessão e crise, ajudando a saída dos militares do poder.

## **4 A ECONOMIA NO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1984)**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo são abordados os fatores econômicos da crise, dando destaque ao Produto Interno Bruto, que é o nível de produção de bens e serviços; bem como a formação bruta de capital, que envolve a capacidade de crescimento do país; a inflação, que é o aumento no nível de suprimento de moeda; o desemprego e à pobreza da época; o balanço de pagamentos, para entender o comércio entre o Brasil e o mundo; o déficit público, que analisa as relações entre receitas e despesas governamentais e a dívida externa, que abrange as dívidas provenientes de empréstimos feitos no exterior.

Este capítulo encontra-se dividido em 7 subitens, sendo que neste, 4.1, faz-se a introdução; no 4.2 explica-se o começo da recessão econômica e algumas tentativas de reverter este processo; em 4.3 demonstra-se o nível de inflação atingido, bem como o desemprego, pobreza e nível de concentração de renda; no item 4.4 apresenta-se o balanço de pagamentos da época, a crise do petróleo e suas consequências nas exportações e importações; em 4.5 abrangem-se os aspectos fiscais da crise; em 4.6 explica-se a crise da dívida externa e a tomada de empréstimos do FMI como resposta e, por fim, em 4.7 tem-se a síntese conclusiva.

### **4.2 FORTE RECESSÃO E TENTATIVAS DE COMBATÊ-LA**

O governo anunciou a elaboração do plano econômico quinquenal. Mario Simonsen, antigo ministro da Fazenda do governo Geisel e ministro do Planejamento de Figueiredo, emitiu um diagnóstico da economia, e foi forçado a explicar a necessidade de uma recessão, tornando-o imensamente impopular. Os empresários preocupavam-se com seus negócios, pois uma recessão poderia levar à falência muitas das empresas brasileiras, já que estas funcionavam com uma margem muito pequena de capital de giro (SKIDMORE, 1988).

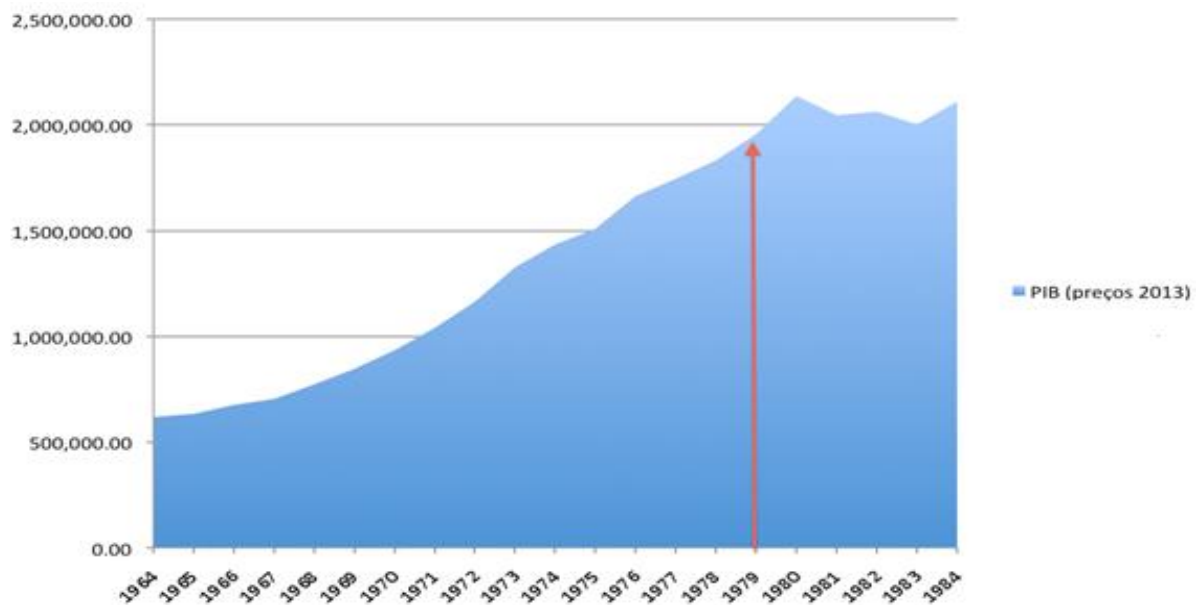
Segundo Hermann (2005, p. 108):

Nesse contexto, Simonsen iniciou sua gestão no Ministério do Planejamento com um conjunto de medidas restritivas, que visavam reforçar o controle sobre os meios de pagamento e o crédito bancário (inclusive os empréstimos do BNDE), bem como

conter os investimentos das estatais e as despesas com subsídios. Além disso, o ministro anunciou uma nova política cambial, cujo objetivo era promover desvalorizações reais da taxa de câmbio.

No período 1979-1984, após 11 anos de grandes níveis de crescimento ininterrupto, o Brasil não estava preparado para a recessão. O diagnóstico de Simonsen foi então recusado, esperando que o Brasil pudesse de algum modo recuperar-se e manter as altas taxas de crescimento. A popularidade de Simonsen decaía e, do outro lado, estava Delfim Neto, com uma mensagem esperançosa, dizendo que o Brasil poderia sim manter o milagre. Sofrendo pressões de todos os lados, Simonsen renunciou; sendo assim Delfim foi nomeado o seu sucessor, aplaudido pelo empresariado nacional (SKIDMORE, 1988).

Gráfico 1: Produto interno bruto do Brasil, 1964-1984 (em milhões de R\$).



Fonte: Ipeadata (2005).

Nota-se no Gráfico 1 a instabilidade e o declínio do Produto Interno Brasileiro no Governo Figueiredo, o mesmo que, neste período, caiu pela primeira vez em mais de 15 anos. Este transitou de 223.476,50 milhões de US\$ em 1979 para 189.743,70 milhões de US\$ em 1984.

Para Souza e Castro (1985, p. 95):

Finalmente, com a ascensão da nova equipe econômica comandada por Antônio Delfim Netto, o enfoque tornou a se alterar. O endividamento externo voltou a ser considerado como uma forma de cobrir o hiato de poupança resultante de um excessivo nível de gastos internos. A diversificação da estrutura produtiva era vista

como uma estratégia equivocada de “industrialização a qualquer custo”, a ser corrigida a partir da “saudável redescoberta do velho conceito de vantagens comparativas” (SOUZA, CASTRO, 1985, p. 95).

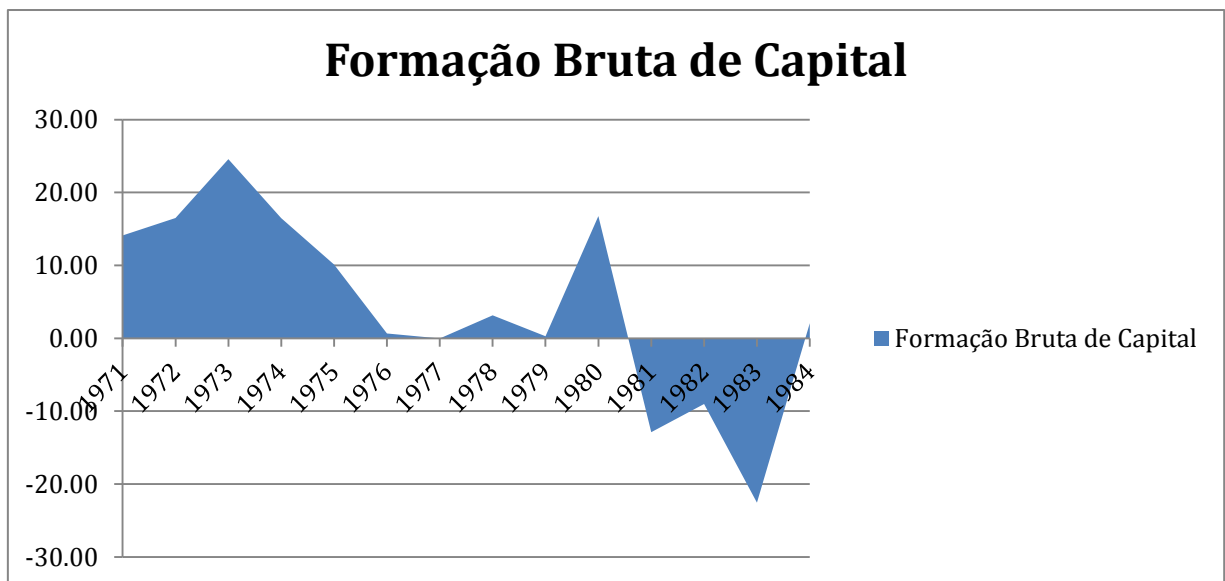
Desta forma, buscava-se então enfrentar os problemas do balanço de pagamentos, promovendo a elevação da taxa de poupança e aumentando a eficiência da alocação dos recursos (SOUZA; CASTRO, 1985).

Delfim assegurou ao público, a comunidade empresarial e ao governo que o crescimento econômico do país continuaria, através do III Plano Nacional de Desenvolvimento, que foi elaborado em 1979 e aprovado pelo congresso no início de 1980. O III PND contava com o aumento dos investimentos, da produção e do emprego, combinando com a redução das expectativas inflacionárias. O plano estipulava a meta da inflação para 15-20% ao ano. O restante do plano priorizava o crescimento da produção agrícola como principal fator tanto para reduzir a inflação como aumentar a exportação. Também mencionava a busca por alternativas ao petróleo e necessidades sociais como educação saúde e habitação, além de ajuda ao nordeste do país. A indústria, porém, quase não foi mencionada (SKIDMORE, 1988).

No final de 1979, os indicadores econômicos eram duvidosos, o PIB crescera à taxa de 6,8% ao ano, a melhor taxa desde 1976. Mas, por outro lado, a inflação chegara a 77%, a mais alta desde 1964. No setor externo, a situação era grave; o déficit em conta corrente passara de US\$ 7 bilhões em 1978 para US\$ 10,5 bilhões em 1979, tendo também o ingresso de capital estrangeiro diminuído de US\$ 10,1 bilhões para US\$ 6,5 bilhões em 1979. Para cobrir tal déficit, o Brasil precisou utilizar US\$ 2,9 bilhões de suas reservas cambiais. Simonsen parecia estar certo: o Brasil estava sendo afetado pela aceleração da inflação e diminuição das divisas cambiais (SKIDMORE, 1988).



Gráfico 2: Formação bruta de capital brasileira, 1970-1984 (variação em % ao ano).



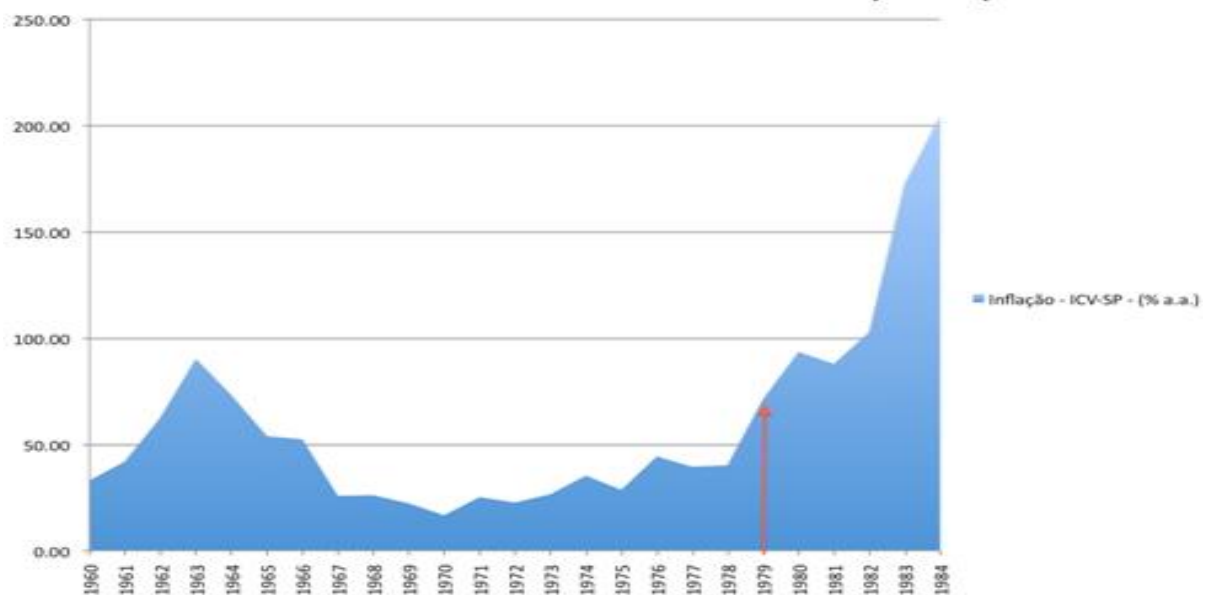
Fonte: Ipeadata (2005).

Da mesma forma, é notável a grande queda na formação bruta do capital durante o governo Figueiredo, pois ela mantivera um crescimento estável por muitos anos e neste período chegou até 20% negativo ao ano.

#### 4.3 A INFLAÇÃO E O DESEMPREGO

Percebendo tais problemas, Delfim agiu decretando uma maxidesvalorização de 30 por cento no final de 1979 e, pouco tempo depois, anunciava o plano de desvalorizações e correção monetária para o ano de 1980. O objetivo era reduzir as expectativas da inflação, porém se esta excedesse a taxa esperada, o cruzeiro muito desvalorizado encorajaria as importações, desestimulando as exportações. As medidas de Delfim não funcionaram, pois a inflação e o déficit na balança de pagamentos estavam profundamente enraizados na economia brasileira (SKIDMORE, 1988).

Gráfico 3: Inflação brasileira, 1960-1984 (taxa anual em %).



Fonte: Ipeadata (2007).

O gráfico acima demonstra os níveis elevados que a taxa inflacionária atingiu no governo Figueiredo, muito maior do que a crise inflacionária experimentada pelo governo João Goulart (1961-1964). Esta elevou-se de 50% ao ano em 1965 para 200% ao ano em 1984.

Para Abreu (1990, p. 145):

Talvez a consequência mais importante do fracasso das políticas adotadas no período 1979-80 no combate à inflação e na redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos tenha sido a perda de confiança no gerenciamento de curto prazo da economia. Como resultado, o discurso oficial nos anos seguintes foi marcado por uma demonstração contínua de fé ortodoxa nos controles de demanda, como forma de lidar com a inflação (ABREU, 1990, pg 145).

Segundo Villa (2014, p. 281)

Havia no ar um clima de pessimismo devido aos sérios problemas econômicos e aos impasses gerados pelos movimentos grevistas. Segundo pesquisa do Instituto Gallup, quase 60% dos brasileiros consideravam que 1981 seria ainda pior que 1980 (VILLA, 2014, p. 281).

O ano de 1981 de fato foi um ano difícil economicamente. Muitas empresas iniciaram programas de demissão; a cada mês os resultados do PIB eram piores, a recessão era nítida. O governo, por exemplo, não pagou o décimo terceiro salário de seus funcionários públicos em

1981 e 1982 por falta de dinheiro. A FIESP, grande indústria paulista, demitiu 16 mil trabalhadores em 1981 (VILLA, 2014).

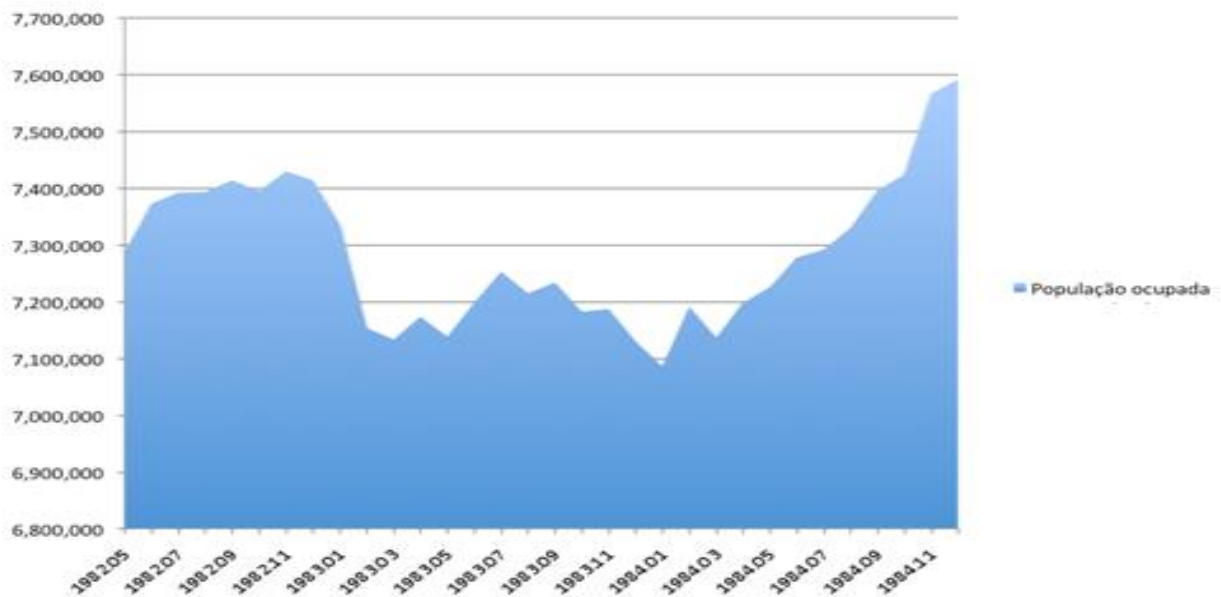
Segundo Skidmore (1988), em 1982 e 1983, o governo não precisou preocupar-se com reivindicações operárias, pois a profunda recessão diminuiu o poder de barganha dos sindicatos. Foram então forçados a aceitar o reajuste salarial imposto pelo governo. Porém, alguns setores escaparam dessa situação, como as empresas exportadoras, devido aos altos subsídios a elas pagas pelo governo.

Nos setores exportadores, a atividade sindical era frequente, como por exemplo nas indústrias produtoras de álcool através da cana de açúcar, que apresentaram grande crescimento de sua produção anual (de 900 milhões de litros em 1979 para 9 bilhões de litros em 1984 devido à crise do petróleo); este crescimento econômico foi acompanhado por sindicatos fortes e agressivos (SKIDMORE, 1988).

A crise econômica mundial de 1980 trouxe, portanto, resultados mistos para os trabalhadores brasileiros. Nos setores em recessão, a crise aumentou o poder dos empregadores e do governo sobre os sindicatos. Já nos setores de exportação e energia, que cresciam, os trabalhadores e sindicatos ganharam mais espaço e poder (SKIDMORE, 1988).

Mas ainda com resultados “mistos”, a economia causava grande preocupação. A política de indexação prefixada, combinada com desvalorizações, objetivava reduzir a inflação. Porém, esta subiu muito além do previsto, trazendo taxas de juros reais negativas e um cruzeiro supervalorizado. Em 1980, a inflação alcançou o patamar de 110% ao ano. O governo desincentivou a poupar (devido às taxas de juros reais negativas) e incentivou a importar (com a moeda supervalorizada), piorando ainda mais o balaço de pagamentos do ano de 1980 (SKIDMORE, 1988).

Gráfico 4: População ocupada com carteira assinada no Brasil, 1982-1984 (em milhares de pessoas).



Fonte: Ipeadata (2007).

No Gráfico 4, é possível notar a enorme queda da população ocupada com carteira assinada no auge da crise econômica, transitando de 7.400.000 mil em 1982 para 7.100.000 mil no início de 1984.

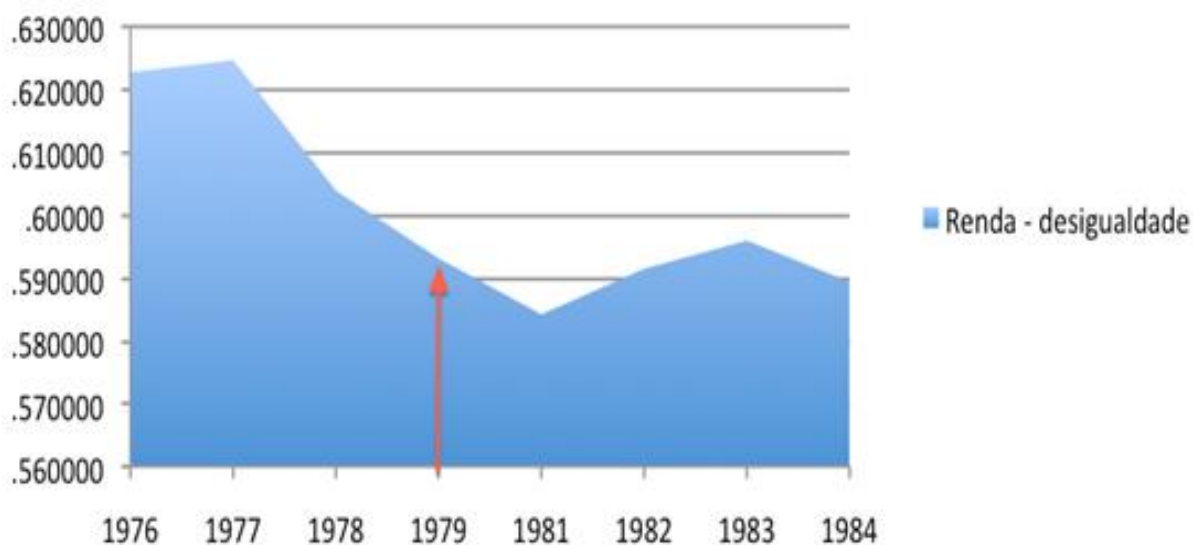
O desemprego aumentou e com ele a inflação, consequentemente diminuindo os salários dos trabalhadores. Estes, por sua vez, buscaram organizar-se nacionalmente por meio de sindicatos, na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) (VILLA, 2014).

Para Hermann (2005, p. 113):

A partir de 1981, diante dos poucos benefícios da estratégia anterior, a ênfase do ajuste externo recaiu sobre o controle da absorção interna. Assumiu-se então, explicitamente, o modelo de ajuste recessivo, embora nova maxidesvalorização cambial tenha sido implantada em 1983 (HERMANN, 2005, p. 113).

Em nível governamental ocorreu a frase, expressa por Delfim Neto, o então ministro do Planejamento: “É preciso crescer o bolo para depois distribuí-lo”, exemplificou que o governo tinha na concentração sua estratégia, pois assim aumentaria a capacidade de poupança e de financiar os investimentos, para que depois disto a população pudesse usufruir do crescimento (GREMAUD, 2004).

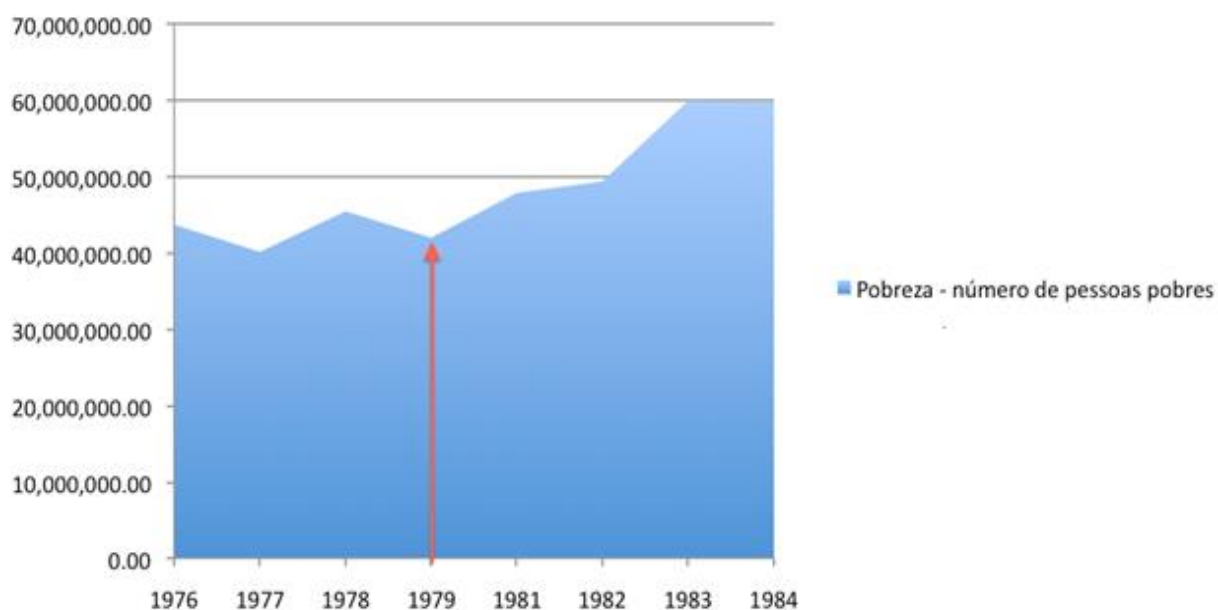
Gráfico 5: Desigualdade de renda pelo coeficiente de GINI no Brasil, 1976-1984 (de 0 a 1).



Fonte: Ipeadata (2003).

No Gráfico 5, pode-se observar a grande desigualdade de renda no país, através do coeficiente de GINI, parâmetro internacional usado para medir desigualdades de renda entre países, onde quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade e quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Este número se elevou de 0,58 em 1981 para 0,59 em 1984.

Gráfico 6: Número de pessoas pobres no Brasil, 1976-1984 (em número de pessoas)



Fonte: Ipeadata (2005).

O Gráfico 6 mostra que o aumento da pobreza no país também foi uma consequência

da crise econômica; o número de pessoas pobres evoluiu de 40.000.000 em 1979 para 60.000.000 em 1984.

#### 4.4 O BALANÇO DE PAGAMENTOS, EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Apesar dos erros cometidos em 1980 e 1981, Cysne (1993) credibilizou os economistas do governo pelo seu ajuste no déficit em conta corrente do balanço de pagamentos que, em 1982 era de US\$ 16,3 bilhões, transformou-se em um superávit de US\$ 44 milhões em 1984. Segundo este autor, tais ajustes só foram possíveis devido à diversos projetos executados no governo Geisel. Somam-se neste aspecto os argumentos favoráveis de Souza e Castro (1985), que defendem o mesmo ponto de vista.

Mas, segundo Hermann (2005), esses ajustes foram mais custosos do que lucrativos, da mesma forma que em 1979, quando os efeitos favoráveis da política restritiva sobre a balança comercial foram maiores do que sobre a conta corrente e o saldo global do BP. De 1981 a 1983, o saldo comercial aumentou em US\$ 9,3 bilhões, enquanto o da conta corrente cresceu US\$ 6 bilhões; e o BP cresceu US\$ 3,4 bilhões. A ineficiência do ajuste dos anos 1981-1984 também pode ser observada no grande desequilíbrio externo de 1985.

Tabela 4: Balanço de pagamentos do Brasil, 1979-1985 (em US\$ milhões).

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Balança comercial	- 2 839,5	- 2 822,8	1 202,4	780,1	6 470,4	13 089,5	12 486
Importação (FOB)	18 083,9	22 955,2	22 090,6	19 395,0	15 428,9	13 915,8	13 153
Serviços	- 7 920,2	- 10 152,0	- 13 135,2	- 17 082,5	- 13 415,3	- 13 215,2	- 12 877
Transportes e seguro	- 1 376,4	- 1 850,5	- 1 647,2	- 1 474,5	- 954,8	- 874,4	- 388
Rendas de capitais	- 5 542,2	- 7 032,1	- 10 272,0	- 13 494,4	- 11 008,0	- 11 470,9	- 11 259
Juros	- 4 185,5	- 6 311,1	- 9 161,0	- 11 353,3	- 9 555,4	- 10 202,7	- 9 660
Lucros e dividendos	- 1 356,7	- 721	- 1 111,0	- 2 141,1	- 1 452,6	- 1 268,2	- 1 539
Outros serviços	- 1 001,6	- 1 269,4	- 1 216,0	- 2 113,6	- 1 452,5	- 869,9	- 1 230
Mercadorias e serviços	- 10 759,7	- 12 974,8	- 11 932,8	- 16 302,4	- 6 944,9	- 125,7	- 391
Transferências	18,1	167,8	198,5	- 8,1	107,5	170,5	150
Transações correntes	- 10 741,6	- 12 807,0	- 11 734,3	- 16 310,5	- 6 837,4	44,8	- 241
Capitais	7 656,9	9 678,7	12 772,7	7 850,9	2 102,8	252,9	- 2 554
Investimento direto líquido	2 211,9	1 532,0	2 325,7	2 546,9	1 359,0	1 548,7	1 262
Empréstimos e financi.	11 228,3	10 596,0	15 553,4	12 515,0	6 708,2	10 400,8	7 078
Capitais de curto prazo	762,6	2 719,0	1 229,0	- 64,2	1 069,4	- 1 632,6	- 1 404
Amortizações	- 6 384,7	- 5 010,3	- 6 241,6	- 6 951,6	- 6 862,9	- 6 468,2	- 8 491
Outros	- 161,2	- 158	- 93,8	- 195,2	- 170,9	- 3 595,8	- 999
Total (E + F)	- 3 084,7	- 3 128,3	1 038,4	- 8 459,6	- 4 734,6	297,7	- 2 795
Erros e omissões	- 130,2	- 343,3	- 413,7	- 368,4	- 669,9	402,5	- 405
Superavit (+) ou déficit	- 3 214,9	- 3 471,6	624,7	- 8 828,0	- 5 404,5	700,2	- 3 200
Demonstrativo de resu.	3 214,9	3 471,6	- 624,7	8 828,0	5 404,5	- 700,2	3 200
Haveres de curto prazo	3 325,4	3 506,7	- 650,5	3 082,7	- 956,5	- 7 167,7	858
Ouro monetário (aume	- 4,3	0	0	1 190,8	401,6	0	- 285
Operações de regular	- 106,2	- 35,1	25,8	4 554,5	5 959,4	6 467,5	2 627
FMI	- 106,2	- 35,1	25,8	377,5	282,2	0	0
Outros	0	0	0	4 177,0	5 677,2	6 467,5	2 627
Atrasados comerciais	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE (1998).

Com os dados na Tabela 4, podem-se analisar as relações econômicas entre o Brasil e o resto do mundo no período 1979-1984. Nota-se o grande déficit na balança comercial no começo do governo Figueiredo, atingindo -2822,8 US\$ milhões em 1980 e o grande montante utilizado para a importação, que chegou a atingir 22.955,2 US\$ milhões em 1980.

#### 4.4.1 A crise do Petróleo

O conflito árabe-israelense que ocorreu em 1973 desembocou no choque do petróleo no mesmo ano, onde os preços do barril de petróleo aumentaram em até 300 por cento. Em 1979, houve uma nova onda de dificuldades com a segunda crise do petróleo, com um novo

aumento dos preços causado pela grande elevação das taxas de juros internacionais. A economia mundial, portanto, passava por uma fase difícil, interrompendo o grande período de prosperidade existente desde a segunda guerra mundial (CERQUEIRA, 1997).

E, nesta segunda crise, o país encontrou pela primeira vez a diminuição do financiamento externo, fato que não ocorrera na primeira crise do petróleo. As reservas cambiais brasileiras foram então utilizadas para cobrir esse déficit e, desde então as políticas macroeconômicas do governo Figueiredo passaram a ser ditadas pela disponibilidade de financiamento externo (ABREU, 1990).

O Brasil, como grande importador de petróleo, sofreu com o grande aumento de preço de seu preço, pois dependia deste para grande parte de sua indústria e meios de transporte. A resposta do país foi investir volumosas quantias no setor de energias e transportes, buscando uma maior independência do petróleo. Porém, a falta de uma poupança interna suficientemente grande para financiar tais investimentos levou o país a captar uma poupança externa, beneficiado pelo grande volume de capital internacional disponível na época. É essa estratégia que culminou na grande crise da dívida externa brasileira (CERQUEIRA, 1997).

#### **4.4.2 Exportações e Importações**

Em 1980, o Brasil passava por uma fase difícil. Era necessária a resolução de dois problemas: a dependência externa de petróleo e o estrangulamento das contas externas, provenientes da deficiência da exportação. Significava então aumentar a produção de petróleo e álcool e também reorientar o sistema produtivo e incentivar a exportação (HERMANN, 2005).



Tabela 5: Valor da importação e da exportação de derivados do petróleo do Brasil, 1973-1985 (em milhares de US\$).

ANOS	Gasolina (1)		Óleo diesel		Óleo Combustível	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
1973	22 329	691	3 879	36 086	1 477	366
1974	77 814	2 533	5 237	10 913	1 517	22 265
1975	19 189	20 256	8 400	41 320	1 669	24 695
1976	16 665	2 090	13 624	11 278	43 258	5 408
1977	21 126	22 343	13 616	22 294	56 783	2 681
1978	21 724	78 163	6 684	44 951	13 126	1 399
1979	38 562	95 754	41 396	55 923	23 907	812
1980	49 452	77 917	160 962	124 801	204 208	70 136
1981	43 424	377 303	244 613	131 074	54 080	234 971
1982	35 981	353 390	68 514	5	271 423	276 307
1983	33 772	423 360	55 793	161 623	107 651	314 629
1984	25 358	812 801	3	246 974	25 976	357 981
1985	24 788	916 571	75 231	192 631	35 819	222 581

Fonte: IBGE (1998).

A Tabela 5 demonstra o extremo aumento no preço da exportação dos derivados do petróleo, e o Brasil como seu grande importador sofreu graves consequências. O custo da importação de gasolina, por exemplo, transitou de US\$ 22.329.000 em 1973 para US\$ 49.452.000 em 1980.

Para Skidmore (1988 p. 448):

No final de 1980, Delfim aceitou o inevitável. Abandonou a prefixação das desvalorizações e da indexação dos reajustes e revogou sem a menor cerimônia a estratégia de crescimento acelerado, tão confiantemente incluída no III Plano nacional de Desenvolvimento. A primeira medida visava uma taxa de câmbio mais realista. Infelizmente para o Brasil, o clima econômico internacional se tornara hostil. As taxas de juros estavam subindo, os termos de intercâmbio do Brasil declinando, e as nações industriais de vento em popa rumo à recessão.

A despeito dessas ocorrências, em 1980 o PIB cresceu 7,2%. Este fato já não aconteceu em 1981, onde pela primeira vez, desde 1942, o PIB acusou declínio de 1,6%. Todos os setores, com exceção da agricultura, sofreram uma grande queda. A indústria caiu 5,5%; o comércio: 2,8% e as comunicações 0,2% (SKIDMORE, 1988).

Para Skidmore (1988, p.448)

A inflação caiu ligeiramente em 1981 chegando a 95,2%, depois do recorde de

110,2% de 1980. Quanto ao balanço de pagamentos, os US\$11,7 bilhões de déficit em conta corrente foram quase completamente cobertos pelos US\$11,5 bilhões de capital importado a longo prazo. Embora um verdadeiro dom dos céus a curto prazo, esse dinheiro aumentava a já elevada dívida externa brasileira.

A dívida externa ao fim de 1981 atingiu US\$ 61,4 bilhões. Ela, neste mesmo ano, requereu um pagamento de assustadores US\$ 7 bilhões, que correspondiam a 65,6% do valor das exportações. O pagamento de juros da dívida triplicou de 1978 para 1981. A grande taxa de crescimento da dívida era um problema alarmante e urgente, e não poderia continuar por muito tempo (SKIDMORE, 1988).

Para Macarini (2009, p.25):

Configurava-se, então, a maior crise atravessada pelo Brasil desde o início da industrialização – e o verdadeiro mergulho da taxa de investimento (a FBKF cai de 23,0% do PIB em 1982 para 19,9% em 1983 e 18,9% e 1984) não permitia alimentar quaisquer ilusões de “luz no fim do túnel” à vista.

Grande parte dos problemas estava no grande montante importado. Em 1981 atingiu-se US\$ 27,2 bilhões; este número, apesar de ser inferior aos US\$ 27,8 bilhões de 1980, era mais problemático, pois o preço das importações aumentou em 11% em 1981. Como a indústria brasileira necessitava de importações, esse aumento no preço gerou uma queda da produção industrial brasileira (SKIDMORE, 1988).

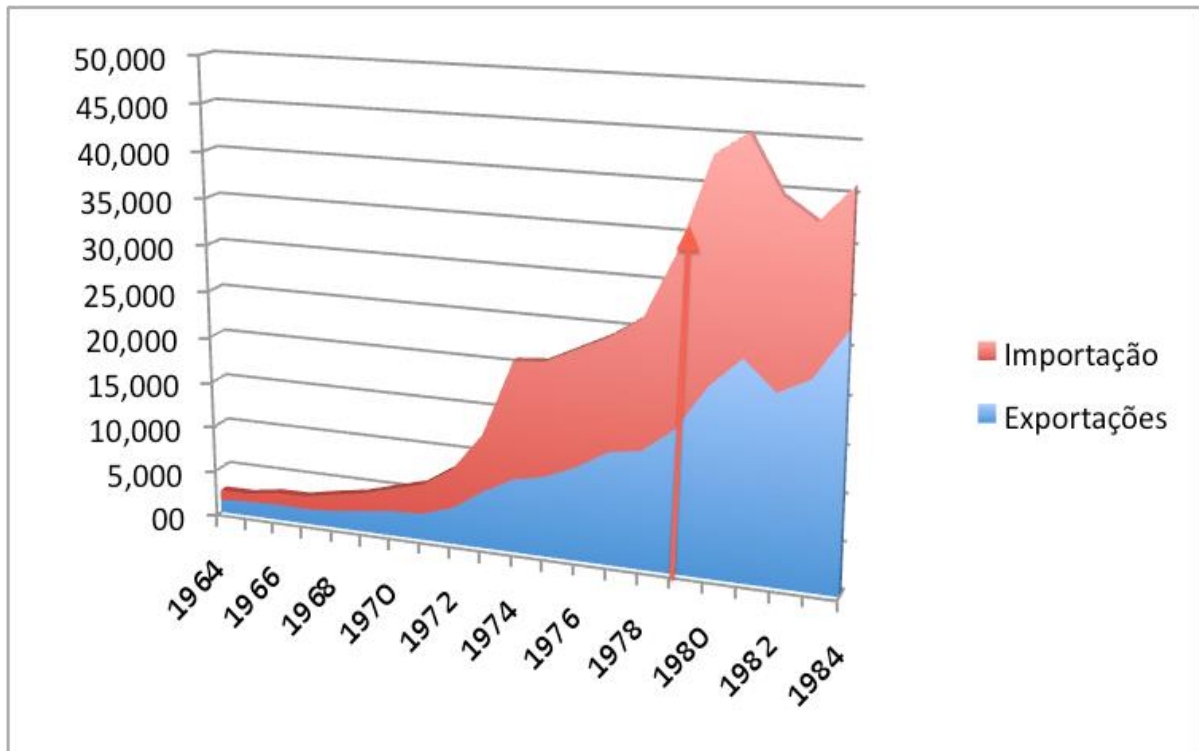
Tabela 6: Valores das exportações, importações e dívida externa do Brasil, 1973-1985 (em milhões de US\$).

Ano	Exportações	Importação	Dívida Total
1973	6199,2	6192,2	14857
1974	7951	12641,3	20032
1975	8669,9	12210,3	25115
1976	10128,3	12383	32145
1977	12120,2	12023,4	37951
1978	12658,9	13683,1	52187
1979	15244,4	18083,9	55803
1980	20132,4	22955,2	64259
1981	23293	22090,6	73963
1982	20175,1	19395	85487
1983	21899,3	15428,9	93745
1984	27005,3	13915,8	102127
1985	25639	13153,5	105171

Fonte: IBGE (1998).

A Tabela 6 demonstra a evolução das exportações, importações e da dívida externa no período 1973-1985. Nota-se a grande elevação das importações, que passou de US\$ 6192,2 milhões em 1973 para US\$ 22955,2 milhões em 1980.

Gráfico 7: Exportações e importações brasileiras, 1964-1984 (em US\$ milhões).



Fonte: IBGE (1996).

O Gráfico 7 explicita a disparidade da elevação das importações em comparação com as importações no auge da crise econômica experimentada no período 1979-1984. Nota-se que as importações se elevaram de US\$ 2.5000 milhões em 1964 para US\$ 45.000 milhões em 1981. As exportações, por sua vez, cresceram apenas de US\$ 2.500 milhões para US\$ 23.000 milhões em 1981. A fraqueza das exportações em relação às importações ficou evidente.

Mas, ainda que dependendo das importações, a única resposta sensata era diminuí-las drasticamente, ou o país experimentaria um aumento ainda maior de empréstimos externos para financiar o grande déficit da conta corrente. Delfim escolheu mais empréstimos, que eram feitos com esperança de que o país iria gerar divisas suficientes para pagá-los. Caso não conseguisse fazê-lo, o governo ou se tornaria inadimplente, ou pediria ajuda ao FMI. Ambas alternativas seriam impensáveis e impopulares no regime militar (SKIDMORE, 1988).

Mas, para os economistas e empresários brasileiros, essa questão pouco importava;

preocupavam-se mais com o declínio econômico. Acreditavam que o Brasil não poderia entrar em recessão. Mas, na primeira metade de 1981, a produção do país caiu em 3,3%. As empresas automobilísticas reportaram diminuição nas vendas, e o desemprego cresceu alarmantemente. Era a mais grave recessão em 30 anos (SKIDMORE, 1988).

Para Habert (1992, p. 71):

O acelerado processo de industrialização, centrada no pólo da indústria de bens duráveis, e a expansão da capitalização no campo foram acompanhados de importantes transformações na classe trabalhadora e na urbanização. Entre 1970 e 1980, o proletariado brasileiro duplicou: de aproximadamente 7,7 milhões passou para 14,3 milhões, representando 33% da PEA (População economicamente Ativa). A título de comparação, em 1950 era da ordem de 2,8 milhões (16,5% da PEA). Significativamente, o operariado representava 80% do conjunto. Sua composição revelava a importância do crescimento nos setores modernos da economia.

Em 1982, notou-se um crescimento positivo do PIB, que atingiu 1,4%, e a inflação se mantinha em 95,2%. Novos empréstimos e rolagens da dívida foram feitos, pois como era um ano eleitoral, Delfim e a equipe econômica recusaram-se a negociar com o FMI, porém, imediatamente após a eleição, as negociações foram feitas (SKIDMORE, 1988).

Neste Sentido, Skidmore (1988, p. 451) escreve:

O balanço de pagamentos de 1982 era até pior do que os críticos tinham previsto. O déficit em conta corrente disparara para US\$16,3 bilhões em comparação com US\$11,7 bilhões em 1981. O balanço global era negativo em US\$9 bilhões. Este número sem precedentes resultava de dois principais fatores: (1) o aumento do déficit em conta corrente; e (2) a queda violenta no ingresso líquido de capital estrangeiro, que em 1982 totalizou apenas US\$7,9 bilhões contra US\$12,8 bilhões em 1981.

#### 4.5 CRISE FISCAL

A gestão da política econômica comandada por Delfim Neto colocava o déficit do governo como o grande causador da inflação, pois segundo ele o déficit era gerado fora do orçamento fiscal, e deveria ser combatido sem cortar os gastos e investimentos públicos, ou seja, poder-se-ia obter a deflação sem uma recessão. (MACARINI, 2008).

Para Biasoto Júnior (1995) a crise econômica brasileira dos anos 80 pode ser entendida em três dimensões, sendo que estas três tiveram fortes impactos sobre o Estado e suas contas. A primeira dimensão é a externa, com o padrão de financiamento internacional adotado pelo governo, que dependia dos recursos externos. A crise da dívida, portanto, ao

mesmo tempo rompeu as contas externas da economia e acabou com este padrão de financiamento, que era dependente do setor externo.

A segunda dimensão compreende o envelhecimento das instituições criadas nos anos 70, que outrora funcionavam muito bem, mas no cenário da crise econômica apresentava limites estruturais que deterioravam a capacidade de intervenção do Estado (BIASOTO JÚNIOR, 1995).

Para Biasoto Júnior (1995, p. 55):

Os movimentos de centralização de recursos no Poder Central e descentralização deste em uma série de empresas e instituições voltadas para segmentos específicos, virtuosos no início do processo, passaram a perder capacidade de intervenção e a se mostrarem fora de controle. De um lado, as entidades públicas passaram por um processo de sobre-endividamento, que acabou por colocar limites à sua capacidade de absorção de novos créditos e ao próprio cumprimento do serviço decorrente das captações anteriores.

A terceira dimensão para Biasoto Júnior (1995) foi o grande questionamento por parte das classes médias urbanas do empresariado nacional e dos trabalhadores, por meio de sindicatos, quanto às medidas utilizadas pelo governo para combater a crise econômica.

Para administrar essa crise, utilizou-se das contas públicas, conforme as normas do pacto desenvolvimentista, colocando o Estado para assumir a maior parte da carga. Os mesmos instrumentos do setor público que trouxeram a grande expansão econômica, exigiram grandes intervenções estatais para assegurar a continuação das operações; a crise do pacto desenvolvimentista estava evidente (BIASOTO JÚNIOR, 1995).

A política fiscal dos anos 80, portanto, estava ligada à crise do pacto desenvolvimentista. Apresentou grandes déficits públicos devido ao descontrole das fontes de financiamento e a uma desagregação da capacidade de intervenção estatal. A dificuldade de execução de políticas governamentais crescia (BIASOTO JÚNIOR, 1995).

Este ambiente de incapacidade de ação estatal levou cada segmento público a um caminho diferente. O sistema tributário degenerou-se, o controle dos gastos e do déficit foram operados por uma perspectiva de curto prazo, sem preocupar-se com seu impacto macroeconômico e com a eficiência da ação estatal. Portanto, o desequilíbrio do setor público brasileiro deve ser compreendido como parte de um todo, através de relações contínuas entre o público e o privado, em cada uma das instâncias (BIASOTO JÚNIOR, 1995).

O país apresentou um grande desequilíbrio das finanças públicas mas, com a busca de ajuda ao FMI, tinha metas ambiciosas. Sua estratégia era aumentar a poupança interna no

setor público, alinhar os preços relativos de vários setores da economia, remover os subsídios e a intervenção direta e indireta do governo na economia. Assim se poderia equacionar o impasse cambial; ao obter um superávit comercial em 1983 objetivava-se reduzir o déficit de transações correntes e assim abrir espaço para uma lenta recuperação (MACARINI, 2008).

Para este ajuste fiscal ocorrer, seria necessária uma contribuição de 3,3% do PIB, e um aumento da receita em 1,9% do PIB com novos impostos e corte da despesa em 1,4% do PIB. As empresas e governos estaduais também contribuiriam. Porém, as exportações tiveram um mau desempenho, a inflação mantinha-se descontrolada e o balanço de pagamentos necessitava de mais dinheiro. Novas negociações com o FMI eram necessárias (MACARINI, 2008).

#### 4.6 DÍVIDA EXTERNA E O FMI

A gestão Delfim Neto, à frente do ministério do Planejamento, recorreu ao FMI e conseguiu um empréstimo no valor de US\$ 4,4 bilhões, soma que seria paga em quatro parcelas, mediante o compromisso do governo brasileiro à carta de intenções do Fundo Monetário Internacional (FRANCO, 2008).

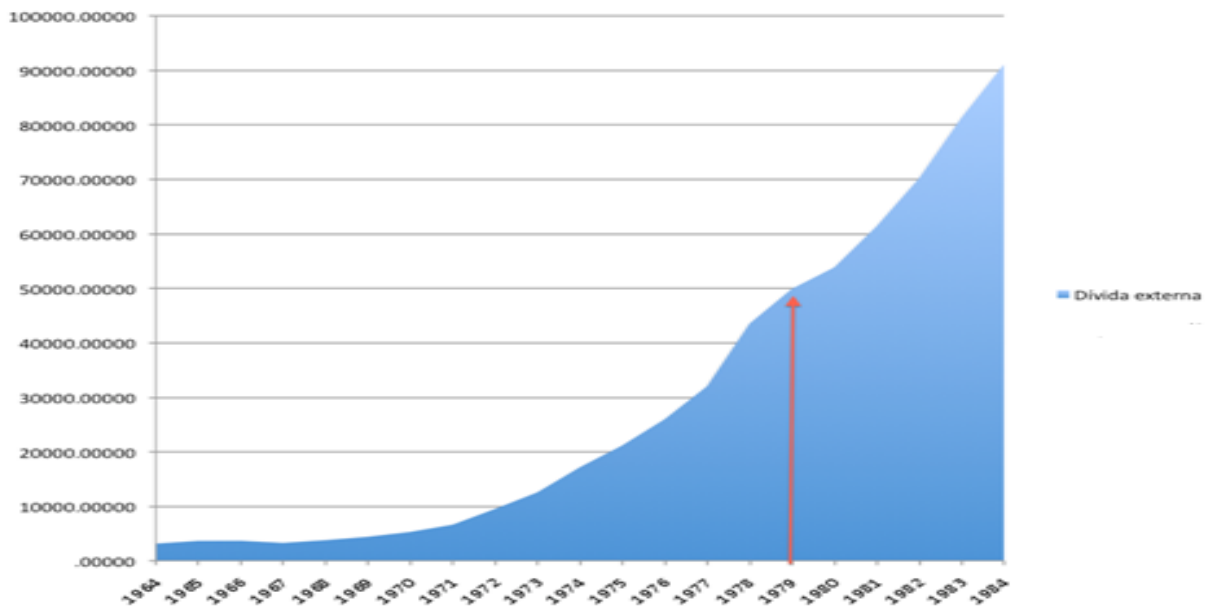
A ajuda do FMI, então, não seria imediata. O país precisou apresentar um plano de estabilização promissor. Somente para sua sobrevivência, o Brasil gastou US\$3,5 bilhões de suas reservas cambiais em 1982. Recebeu também mais empréstimos estrangeiros, sendo US\$ 1,5 bilhão do Tesouro americano e US\$ 500 milhões do Banco Internacional de Compensações. Graças a tais empréstimos, o país conseguiu pagar os juros da dívida em 1982 (SKIDMORE, 1988).

As condições impostas pelo FMI foram duras, como o controle da oferta monetária, que diminuiria a inflação, assim proporcionando um maior investimento internacional, junto com o aumento dos impostos internos, para assim favorecer os produtos internacionais e a importação e a integração com a economia mundial. Também foi promovida a maxidesvalorização do cruzeiro (FRANCO, 2008).

O crescimento econômico do país acabou. O Brasil tornou-se somente mais um pedinte do FMI. O regime militar, que por tanto tempo manteve altos níveis de crescimento e independência econômica, perdeu tudo com a crise da dívida externa. A população não confiava mais em Delfim e na equipe econômica do governo; qualquer que fosse o plano, o público reagiria com desprezo (SKIDMORE, 1988).

O acordo com o FMI foi suspenso duas vezes pelo descumprimento do país em reduzir o déficit nominal do setor público e pela falta de observação ao déficit operacional desse setor. O governo brasileiro não deu muita importância à todas as exigências da instituição, fato que acabou por estrangular a economia brasileira (FRANCO, 2008).

Gráfico 8: Dívida externa brasileira, 1964-1984 (em US\$ milhões).



Fonte: Ipeadata (2005).

O Gráfico 8 demonstra a evolução gigantesca da dívida externa vivida pelo governo Figueiredo. Essa dívida passou US\$ de 5.000 milhões em 1964 para os exorbitantes US\$ 90.000 milhões em 1984.

O presidente Figueiredo assinou uma “carta de intenções” com o FMI em janeiro de 1983, comprometeu-se a cumprir metas de política fiscal, monetária, cambial e tarifária. O apelo do governo ao FMI provocou muitos protestos pelos economistas da oposição (SKIDMORE, 1988).

O país comprometeu-se, assim, a diminuir suas exportações, aumentar suas importações para assim atrair e garantir a entrada do capital do setor privado externo, reduzir o déficit público e a desvalorização do câmbio. O governo não dava a atenção devida a todas as medidas impostas pelo FMI, fato que favoreceu levemente a economia do país, mas levou a uma reação por parte da instituição (FRANCO, 2008).

Mesmo com os empréstimos, em 1983 a situação econômica deteriorava-se. O emprego nas regiões metropolitanas caiu em 15% e a produção industrial caiu em 14%. Para

piorar, a inflação acelerou-se, bateu o novo recorde de 211% em 1983, devastando ainda mais a economia, apesar da indexação. O país tentava reduzir suas importações de todas as formas imagináveis, mas a diminuição das importações significou o atraso nas tecnologias de que o Brasil necessitava para competir nos mercados para os quais exportava (SKIDMORE, 1988).

Para Macarini (2009, p. 05):

É bastante plausível que o risco de descontrole inflacionário tenha constituído um fator a mais, somando-se ao absoluto sufoco cambial (em 1983) e ao imperativo da submissão aos ditames do FMI, na opção violentamente contracionista seguida pela política macroeconômica.

Foram necessários cortes de orçamentos drásticos para reduzir o grande déficit do setor público e assim atender as demandas do FMI. O impacto foi grande, o sistema universitário por exemplo perdeu 30% de suas verbas, indústrias que trabalhavam para o governo chegaram a trabalhar com 50% de sua capacidade ou mais. Outro ponto importante para o FMI era a taxa de juros (SKIDMORE, 1988).

Para Skidmore (1988, p.463):

Assegurar atraente taxa de retorno às ORTNs, os títulos indexados do governo, seu valor de resgate foi vinculado à cotação do dólar mais juros. Excedendo a desvalorização, a taxa de inflação (ou indexação em outros ativos), o investidor estaria ganhando.

Apesar da grande taxa de inflação, que chegou a 211%, em 1983, as exportações tiveram um desempenho melhor que no ano anterior, crescendo US\$1,7 bilhão, atingindo então US\$ 21,8 bilhões. O déficit, apesar de negativo, caiu razoavelmente. A dívida externa, por outro lado, continuou seu crescimento desenfreado, atingindo US\$ 93,7 bilhões em 1983. O ano terminou mal economicamente, e se considerava que 1984 seria ainda pior (VILLA, 2014).

Para Baer (1989, p. 186):

O bom desempenho do externo amenizou a gravidade da situação em 1983. O superávit de US\$ 6,5 bilhões em 1983 contra US\$ 780 milhões em 1982 foi o resultado principalmente da queda de 20% no valor das exportações em relação ao ano anterior, enquanto as exportações cresceram 8,5%.

Neste período, mais três cartas de intenções foram assinadas, as quais estipulavam



metas agressivas para os anos seguintes. Estas eram tão radicais que levaram o então presidente do banco central, Carlos Langoni, a pedir demissão, pois discordava e questionava os acordos propostos (BAER, 1989).

Todas as medidas ortodoxas do governo acabaram por desacelerar a economia. No ano de 1984, o país continuou a viver o declínio econômico, e a população começou a manifestar-se sobre as escolhas econômicas do governo, coisa que não fizera durante o milagre econômico. Escândalos financeiros de funcionários de altas patentes do governo estavam aparecendo, somando-se à angústia da população. O prestígio militar estava se esvaindo (SKIDMORE, 1988).

Em 1984, a dívida externa era um dos temas mais falados, não havia como evitá-lo. Tancredo, o candidato mais forte da oposição, já direcionava seu discurso à dívida externa, prometendo renegociá-la. Orientava seu discurso também ao problema agrário brasileiro, aos fazendeiros, sindicatos e empresas estatais. Prometia mudanças, não apenas um governo transitório, mas sim restaurar a economia brasileira (VILLA, 2014).

Nesse ano, houve sinais de relaxamento da restrição financeira ao Brasil, com a grande recuperação norte-americana. As exportações rapidamente responderam, com um aumento de 40%. Sinais da recuperação do setor industrial estavam vindo à tona, produzindo 7% mais que o ano anterior. O PIB cresceu 5,7% em termos reais e o país cresceu apesar da crise da dívida externa. A inflação, no entanto, chegava à marca de 223,8% ao ano e ainda apresentava sinais de aceleração (ABREU, 1990).

A grande crise da dívida externa estava melhor controlada, o país voltara a aumentar suas exportações e diminuía suas importações, conseguindo até mesmo pagar dívidas atrasadas, melhorando sua credibilidade no sistema internacional e aumentando suas reservas internacionais. Começou então a acumular saldos crescentes na balança comercial com a produção e exportação de produtos setoriais (BAER, 1989).

Apesar de um aparente crescimento em 1984, o FMI continuou cético com o Brasil, e recusava-se a assinar um novo acordo com o país, colocando em destaque a grande inflação do mesmo. Antes do inevitável acordo com o FMI, era necessário reduzir os gastos públicos para diminuir a inflação. O imenso desequilíbrio externo e as altas taxas inflacionárias foram tratadas com demasiada doçura, pois medidas mais fortes deveriam ter sido tomadas pelo governo (ABREU, 1990).

No final de 1984, o governo enviou a sétima carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional, porém esta nem sequer foi analisada pela instituição, devido à gravidade da

crise econômica e incerteza política no Brasil. Esperava-se o novo governo, para assim retomar as negociações, em 1985 (SALOMÃO, 2016).

#### 4.7 SÍNTESE CONCLUSIVA

O regime militar, no governo Figueiredo, já não possuía a força de outrora e para combater os diversos problemas econômicos, o novo ministro do planejamento Mario Simonsen apontou a necessidade de uma recessão, fator que o tornou imensamente impopular. O grande crescimento econômico dos últimos anos era um fator chave para justificar a permanência dos militares no poder e para isso esse crescimento deveria ser mantido.

Pressionado por todos os setores do governo, Simonsen renunciou e Delfim Neto foi nomeado seu sucessor. Este, logo no seu discurso de posse, prometeu manter o crescimento econômico do país com a criação do III PND, que contava com o aumento dos investimentos, da produção e do emprego, combinado com a redução das expectativas inflacionárias. O plano estipulava a meta da inflação para 15-20% ao ano; priorizava também o crescimento da produção agrícola como principal fator tanto para reduzir a inflação como aumentar a exportação. Também mencionava a busca por alternativas ao petróleo e necessidades sociais como educação, saúde e habitação.

Porém, em 1980, a inflação ficou fora de controle, mesmo com o plano de desvalorizações e correção monetária estipulado por Delfim Neto. A taxa inflacionária manteve-se em níveis altíssimos durante todo o período, terminando em 1984 na altíssima taxa de 200% ao ano, acompanhada pelo crescimento do desemprego.

O balanço de Pagamentos foi fortemente afetado pela segunda crise do petróleo em 1979, pois o Brasil, como seu grande importador, sofreu com a elevação de seu preço. O montante utilizado para a importação aumentou em grande escala, passou de 2.500 milhões de US\$ em 1964 para 45.000 milhões de US\$ em 1984. Consequentemente, a produção industrial, que dependia diretamente das importações, diminuiu. O Produto Interno Bruto brasileiro declinou de 223.476,50 milhões de US\$ em 1979 para 189.743,70 milhões de US\$ em 1984.

Nesse contexto, o país conseguiu ajustar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos que em 1982 era 16,3 bilhões de dólares, transformando em um superávit de 44 milhões de dólares em 1984. Mas, Segundo (HERMANN, 2005), esses ajustes foram mais custosos do que lucrativos. De 1981 a 1983, o saldo comercial aumentou em US\$ 9,3 bilhões

enquanto os da conta corrente cresceu US\$6 bilhões e o BP cresceu US\$ 3,4 bilhões. A ineficiência do ajuste dos anos 1981-1984 também pode ser observada no grande desequilíbrio externo de 1985.

O país apresentou grandes déficits públicos devido ao descontrole das fontes de financiamento e uma desagregação da capacidade de intervenção estatal; a dificuldade de execução de políticas governamentais crescia.

Esse ambiente de incapacidade de ação estatal levou cada segmento público a um caminho diferente. O sistema tributário degenerou-se, os controles dos gastos e do déficit foram operados por uma perspectiva de curto prazo, sem preocupar-se com seu impacto macroeconômico e com a eficiência da ação estatal.

A única saída possível para tal crise foi o pedido de ajuda ao FMI. O país apresentava um grande desequilíbrio das finanças públicas. Mas, com a busca de ajuda ao FMI, tinha metas ambiciosas. Sua estratégia era aumentar a poupança interna no setor público, alinhar os preços relativos de vários setores da economia, remover subsídios e a intervenção direta e indireta do governo na economia.

Além de todos esses problemas, a dívida externa alcançou patamares jamais vistos, transitou de 5.000 milhões de US\$ em 1964 para 90.000 milhões de US\$ em 1984. Desta forma, deteriorou-se ainda mais a posição brasileira perante o FMI. A ida ao FMI abalou e desestruturou a economia brasileira, somadas às falhas tentativas de recuperação e planos econômicos, desestabilizaram ainda mais o regime militar. Combinando as pressões externas com as internas, o cenário tornou-se gradualmente desfavorável aos militares na parte econômica, somado a grandes contestações e manifestações políticas.

## **5. CONCLUSÃO**

A pesquisa teve como objetivo analisar a economia e a política do governo Figueiredo (1979-1984). Realça-se que a interação entre a economia e a política possibilitam uma trajetória de desenvolvimento específica em momentos determinados. O regime militar brasileiro, de 1964 até 1979, apesar da grande repressão política, apresentou um cenário econômico extremamente favorável, atingiu em média um crescimento econômico de 7% ao ano e manteve a taxa inflacionária anual em apenas 38% em média.

Contudo, os aspectos econômicos do governo Figueiredo mostraram que, apesar do crescimento econômico dos governos militares anteriores, a situação econômica do período 1979-1984 foi altamente deteriorada. As taxas inflacionárias alcançaram níveis maiores que 100%, crescimento negativo do PIB, uma dívida externa elevada, além do aumento do desemprego e da desigualdade de renda. A combinação das duas crises internacionais do petróleo, a diminuição do financiamento externo e o brando tratamento dado à inflação terminaram enfim com o “milagre” econômico brasileiro e trouxeram em seu lugar um volumoso aumento das importações, déficit na Balança de Pagamentos e elevados déficits públicos.

Com a crescente deterioração do quadro econômico no governo Figueiredo, a crise não se constituía em apenas especulação mas sim na realidade. A inflação voltou a ser o foco principal da política econômica, e planejava-se utilizar as grandes reservas internacionais brasileiras para diminuir a necessidade de nova captação de recursos e assim trabalhar no endividamento externo do país.

Os recursos provenientes do exterior, até os anos 80 eram elevados e ajudavam na expansão da formação de capital fixo. A queda nos financiamentos causou grandes impactos nos principais atores econômicos do país. Foi notada uma diminuição na tomada de empréstimos diretos, de uma taxa de 45% no governo Geiseil(1974-1979) para apenas 10% em 1982.

O Brasil, que se encontrava economicamente fragilizado, redigiu sucessivas cartas de intenções ao FMI. Desta maneira o governo conseguiu empréstimos, mas teve sua imagem ainda mais deteriorada. O Brasil transferiu para o exterior cerca de 9% do seu PIB, com os esforços para pagar a dívida externa. O regime militar que nos anos 1970 executou o “milagre brasileiro”, é o mesmo regime quem nos anos 1980, trouxe-nos a chamada “década perdida”.

Não obstante a falta de financiamentos, enquanto os investimentos diretos mundiais triplicavam, os brasileiros caíram pela metade. Conseqüentemente, a participação mundial do

país, em investimentos diretos, caiu de 6% para 1%.

A crise econômica pós 1979 atingiu patamares muito maiores do que a crise do governo Goulart, pré 1964. O aprofundamento da internacionalização brasileira no regime militar colocou grande importância no fator externo e este, desequilibrado, acabou por “matar” a economia do país e a legitimidade do governo militar, conseqüentemente.

No tocante ao quadro político, observa-se que ele acompanha a crise econômica. Como o governo estava desprovido dos mecanismos repressores de outrora, a população sentiu-se mais segura para expressar sua vontade. Logo no primeiro ano do governo Figueiredo, em 1979, houve centenas de greves, parando cerca de 10 mil trabalhadores. Nunca antes na história do país, houve tamanha mobilização por parte da sociedade civil.

Foi possível verificar nas eleições de 1982 para os governos dos Estados, 1/3 do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, prefeituras municipais e câmara dos vereadores, a indignação do povo brasileiro, com o resultado desfavorável obtido pelos militares, que perderam representação.

Os anos seguintes, que foram marcados pela elevada inflação e crescente dívida externa, também foram palco de antedotos terroristas da extrema direita e manobras políticas do governo para aumentar seu poder político. O povo suportou tudo isso, desejando liberdade.

Até mesmo o empresariado nacional que historicamente sempre manteve uma postura pró-governo, neste período manifestou-se em prol da redemocratização. Não possuíam mais esperanças no governo e em suas medidas para remediar a crise.

Apesar de o número de manifestações sociais decair entre 1980 e 1983, elas logo retornam a toda força, com a campanha Diretas Já. Este movimento objetivava a obtenção do direito de eleger o presidente da república diretamente. O povo brasileiro, através de milhares de comícios e manifestações, demonstrou a agonia que sentia em um regime repressivo autoritário. Porém, a campanha falhou, a emenda que instituía eleições diretas não foi aprovada.

A derrota da campanha trouxe novamente o sentimento da agonia, e o medo de um prolongado regime militar. As três grandes forças políticas em 1984 eram o PDS (ex ARENA), com o candidato Paulo Maluf, o PFL (migrantes da arena, que não aceitaram Maluf como candidato a presidência), com o candidato José Sarney e o PMDB (ex MDB), com o candidato Tancredo Neves. Enquanto o partido da ditadura (PDS) dividia-se, a oposição fez um acordo: foi criada a Aliança Democrática: Tancredo Neves (PMDB) seria o candidato à presidência e José Sarney (PFL) à vice-presidência.

Mesmo a auto-percepção brasileira no cenário internacional que outrora fora de uma potência regional e líder do Terceiro Mundo no governo Figueiredo é deteriorada. Há um crescente pessimismo, e a crença que o poder e influência do país encontra-se reduzido.

Considerando o exposto, conclui-se que a grande crise econômica combinada com o aprofundamento da crise política, contestação pública e desinteresse do presidente Figueiredo na sucessão do regime, asseguraram a vitória a Tancredo Neves. Em 1985, após 21 anos de um governo repressivo e censurador, Tancredo Neves emergiu vitorioso, o primeiro candidato civil eleito, após duas décadas de ditadura militar. Porém, o quadro de instabilidade continuou em face do rearranjo político que levou o Vice Presidente José Sarney a assumir o cargo de Presidente do país, devido à morte de Tancredo Neves.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 445 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Os anos 1980 : da nova Guerra Fria ao fim da bipolaridade**. In : SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais contemporâneas : da construção do mundo liberal à globalização – 1815 a nossos dias*. Brasília : Paralelo 15, 1997.

ANDRADE, Carlos Lindomar. **Evolução Política do Estado Brasileiro 1961-1990**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebelião do Trabalho**. Campinas: Ensaio, 1988. 220 p.

BAER, Mônica. **A Dívida Externa Brasileira: estratégias de negociação e impactos internos (1983-1987)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 324 p.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, Dec. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302006000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BIASOTO JÚNIOR, Geraldo. **A QUESTÃO FISCAL NO CONTEXTO DA CRISE DO PACTO DESENVOLVIMENTISTA**. 1995. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Unicamp, Campinas, 1995. Cap. 1.

\_\_\_\_\_. **Dívida externa e déficit público**. Brasília: IPEA, 1992. 214p.

BIELCHOWSKY, R. **Transnational corporations and the manufacturing sector In Brasil**. Santiago de Chile: Joint Eclad/TMD Division, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Os limites da "abertura" e a sociedade civil**. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 05-14, Dec. 1983. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901983000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901983000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ideologias econômicas e democracia no Brasil**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 46-63, Aug. 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil**. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 28, p. 9-30, June 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BRISTOT, Lidia Schneider. **Um outro olhar sobre a Novembrada**. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, p.15-25, fev. 2012.

CARVALHO, Aloysio. **Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)**. Dados, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, Mar. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CATANI, Afrânio Mendes. **A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80)**. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 29, n. 3, p. 82-83, Sept. 1989. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901989000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901989000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida Externa Brasileira: Processo Negocial 1983-1996**. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997. 295 p.

DELFIN NETTO, Antonio. **Problemas da economia brasileira**. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973. Mimeografado.

DINIZ, E. 1985. **A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura**. Dados Revista de Ciências Sociais, v.28, n.3, 1985.

FERREIRA, D. P. **Oposição e Transição Democrática: a estratégia peemedebista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1990.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. **A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006**. Opin. Publica, Campinas, v. 14, n. 2, p. 432-453, Nov. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762008000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FIECHTER, Georges-Andre. **O regime modernizador do Brasil 1964/1972: estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 355 p.

FRANCO, Geisa Cunha. **A política externa do Governo Figueiredo: a abertura democrática e o debate a imprensa - O Brasil entre os Estados Unidos, o Terceiro Mundo e o eixo regional**. 2008. 209 f. Tese – Instituto de Relações Internacionais – IREL, Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1114/1/TESE\\_2008\\_GeisaCunhaFranco.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1114/1/TESE_2008_GeisaCunhaFranco.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2013.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer (Org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELLOS, M.A.S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1992. 95 p.

KINZO, MARIA D'ALVA G.. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, Dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

KRAUSE, S. e PAIVA, D. Perdas e Ganhos. **Lideranças políticas brasileiras e instabilidade na representação dos partidos: lógica nacional x lógica estadual (1982-2001)**. In: PINTO, C. R. e SANTOS, A. M. (orgs). Partidos no Cone Sul: Novos Ângulos de Pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2002.

LAGO, L. A. (1990). **A retomada do crescimento e as distorções do "milagre": 1967-1973**. In Abreu, M. (org.), A Ordem Do Progresso. Rio de Janeiro: Campus.

LAMOUNIER, B. **O "Brasil Autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura**. In: STEPAN, A. (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEMO, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 287-313, Dec. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2002000200287&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200287&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. spe, p. 29-41, 1998. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291998000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291998000300003>.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia - o caso de Florianópolis, SC (1964-1990)**. Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 162-181, June 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862011000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862011000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969**. Revista de Economia Contemporânea, v.10, n. 3, set./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. Nova econ., Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, Dec. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512005000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Governo Geisel: transição político-econômica?** Um ensaio de revisão. Campinas: Unicamp, 2008. 30 p.

\_\_\_\_\_. **Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984).** Campinas: Unicamp, 2008. 55 p.

\_\_\_\_\_. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987).** Campinas: Unicamp, 2009. 64 p.

MARTINS, L. 1983. **Le regime autoritaire brésilien et la liberalization politique.** Problèmes d'Amérique Latine, (65), juil./sept.

NORONHA, Eduardo G.. **Ciclo de greves, transição política e estabilização:** Brasil, 1978-2007. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452009000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

NEPP. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/>>.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

PND. I Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972/74. Brasília, DF: s. n. 1971. 71 p.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação.** Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, June 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862010000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SALLUM JUNIOR, Brasília. **Transição política e crise de estado.** Lua Nova, São Paulo, n. 32, p. 133-167, Apr. 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451994000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SALOMÃO, Ivan. **Do Estrangulamento Externo à Moratória: A Negociação Brasileira com o FMI no Governo Figueiredo (1979-1985).** Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 5-27, Apr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482016000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482016000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Para uma nova política externa brasileira. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994. 247 p. ISBN 8585616253.

SIMON, Pedro. **Do regime militar ao mensalão: (minhas lutas pela dignidade humana).** Brasília, DF: Senado Federal, 2006. 680 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985.** 3. ed. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1988. 608 p.

TOLEDO, Caio. **1964: Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo.** Unicamp, 1997.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985:** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: Leya, 2014. 431 p.